
Comentários dos resultados

As avaliações sobre a evolução e o comportamento dos valores das despesas das famílias e da distribuição dessas despesas, segundo os diversos itens adquiridos ou pagos, possibilitam diferentes tipos de análises e estudos dos orçamentos domésticos. Os resultados e comentários, a seguir, referem-se às estimativas relacionadas com despesas médias mensais, realizadas pelas famílias brasileiras, obtidas a partir da POF 2008-2009. As estimativas apresentadas estão expressas em valores, em reais, e nas correspondentes participações percentuais, segundo os diversos componentes da despesa total média mensal.

A despesa total equivale a todas as despesas monetária e não monetária das famílias. As despesas monetárias com produtos e serviços são aquelas realizadas mediante pagamento em dinheiro, cheque ou cartão de crédito. As despesas não monetárias correspondem às aquisições realizadas dentro dos períodos de referência da pesquisa e disponíveis para utilização, de produtos provenientes de produção própria, retiradas do negócio, troca, doação e outras formas de obtenção que não envolvam pagamentos monetário. São investigadas para todos os produtos adquiridos pelas famílias e para o serviço aluguel do domicílio³.

Para a obtenção da despesa total média mensal, são totalizadas as despesas médias mensais classificadas em três grandes grupos: despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo.

As despesas correntes são formadas por dois tipos de despesas: despesas de consumo, que se compõem dos seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados

³As despesas não monetárias são valoradas a partir de estimativa do informante no momento da pesquisa.

pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e despesas diversas; e mais as outras despesas correntes, que incluem os impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e outras despesas correntes.

Ao grupo aumento do ativo, correspondem as despesas com a aquisição de imóvel, a reforma de imóvel e outros investimentos.

O último grande grupo, diminuição do passivo, contabiliza as despesas com pagamentos de empréstimos e prestações de financiamento de imóvel.

Nos comentários e análises dos resultados, inicialmente são apresentados os agrupamentos mais agregados, com enfoque na despesa total, segundo os grandes grupos que a compõem, e os impactos de indicadores socioeconômicos selecionados sobre a distribuição das despesas. Na sequência, são focalizadas as despesas de consumo e, por fim, são comentadas as despesas com alimentação, segundo as participações de diferentes categorias de produtos.

Os resultados são apresentados, segundo comparações das despesas obtidas, a partir da POF 2008-2009 no nível Brasil, entre as áreas urbana e rural, entre as Grandes Regiões, estados selecionados e classes de rendimentos. Além disso, quando pertinente, são comparados os resultados da POF 2008-2009 com aqueles obtidos na POF 2002-2003 e no Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF 1974-1975.

Despesa total

A POF 2008-2009 apresentou o valor de R\$ 2 626,31 para a estimativa da despesa total média mensal familiar no Brasil. Nos resultados do Brasil e das Grandes Regiões, apresentados na Tabela 2, observa-se que a Região Sudeste foi aquela que apresentou o maior valor para a despesa total média mensal familiar, R\$ 3 135,80, estimativa superior em 19,4% à encontrada para o Brasil. Com estimativa de R\$ 1 700,26, a Região Nordeste, ao contrário, foi a que mostrou o menor valor, tendo ficado abaixo da despesa total média do Brasil em 35,3%.

Tabela 2 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, total e por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar segundo as Grandes Regiões - período 2008-2009

Grandes Regiões	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar (R\$)			
	Total	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar selecionadas (1)		
		Até 830 (2)	Mais de 4 150 a 6 225	Mais de 10 375
Brasil	2 626,31	744,98	4 778,06	14 098,40
Norte	2 006,80	809,97	4 530,53	12 005,98
Nordeste	1 700,26	641,55	4 547,21	14 312,77
Sudeste	3 135,80	831,67	4 780,13	14 245,06
Sul	3 030,44	929,75	4 971,14	14 008,74
Centro-Oeste	2 591,14	780,75	4 758,94	13 770,33

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

(1) Inclui os rendimentos monetário e não monetário e a variação patrimonial. (2) inclusive sem rendimento.

Na avaliação dos resultados, segundo as classes de rendimento total e variação patrimonial⁴, as estimativas da despesa total na primeira classe de rendimento⁵ (até R\$ 830,00) nas Regiões Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste apresentaram valores de despesas totais médias superiores a média do Brasil. A Região Centro-Oeste foi a que apresentou o resultado mais baixo dentre essas quatro regiões (R\$ 780,75). A Região Nordeste apresentou menor valor da despesa média mensal, R\$641,55.

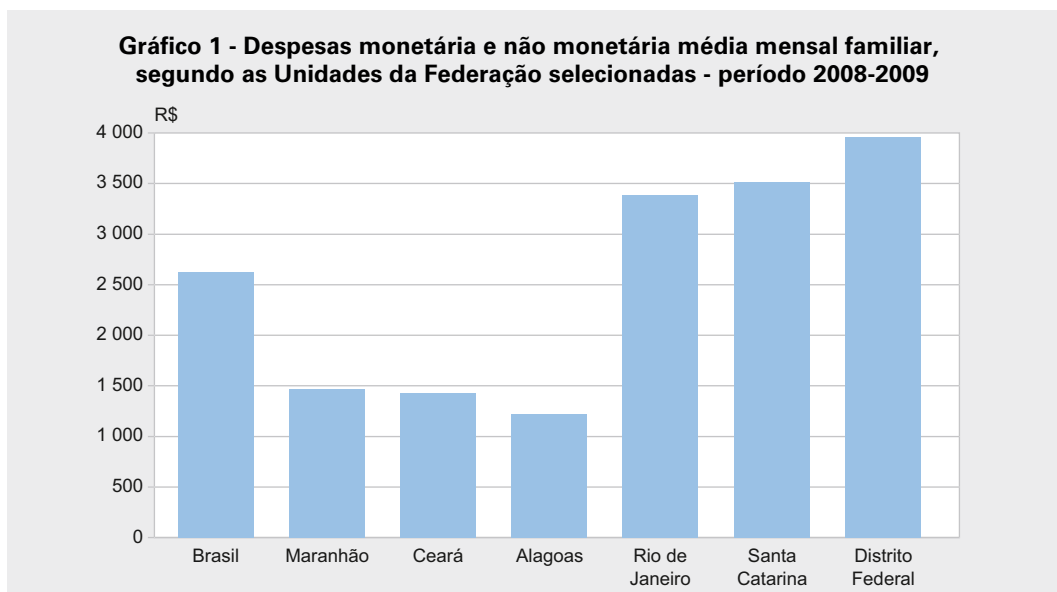
Para a classe de rendimento mensal de mais de R\$ 4 150,00 a R\$ 6 225,00, os resultados tiveram comportamento diferente em relação à despesa média do Brasil. A Região Norte apresentou a despesa total média mensal mais baixa, seguida pelas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, resultados abaixo da média nacional que nesta classe ficou em R\$ 4 778,06. Dentre as duas regiões que apresentaram resultados superiores à média no Brasil, o Sul destacou-se com o valor médio de despesa mais alto, R\$ 4 971,14.

Na classe de rendimento acima de R\$ 10 375,00, a despesa média total no Brasil foi de R\$ 14 098,40. O menor valor para a despesa total média foi de R\$ 12 005,98, observado na Região Norte, resultado 14,8% inferior a média nacional. As Regiões Centro-Oeste e Sul também apresentaram valores de despesa total média abaixo, porém muito próximas da estimativa para o Brasil. As Regiões Nordeste e Sudeste apresentaram resultados superiores à média nacional. A Região Nordeste registrou para esta classe de rendimento a maior despesa média, R\$ 14 312,77, estimativa superior à média nacional em 1,5%.

Nas observações em nível de Unidades da Federação, em relação aos valores encontrados para a despesa total média mensal familiar, merecem destaque aquelas que apresentaram as estimativas maiores e menores em relação ao resultado nacional. Neste sentido, Distrito Federal foi a que apresentou o maior valor para a despesa total, R\$ 3 963,99, tendo registrado um valor 50,9% maior que o encontrado para o Brasil (R\$ 2 626,31). Em seguida, Santa Catarina, com estimativa de R\$ 3 509,58, e Rio de Janeiro, com R\$ 3 386,78, apresentaram valores de despesa total mensal média, respectivamente, 33,6% e 29,0%, superiores em relação à média nacional. Em relação às menores estimativas, quando comparadas com a média nacional, os Estados de Alagoas (R\$ 1 223,94), Ceará (R\$ 1 431,96) e Maranhão (R\$ 1 466,96), todos da Região Nordeste, apresentaram as menores despesas médias, tendo se distanciando em 46,6%, 54,5% e 55,8%, respectivamente, da média nacional, como pode ser visualizado no Gráfico 1.

⁴ Inclui o rendimento monetário, o rendimento não monetário estimado a partir da utilização e do consumo de produtos que são adquiridos através de despesas não monetárias, e a variação patrimonial obtida através de vendas de bens imóveis e retiradas de aplicações financeiras. Inclui, também, o aluguel estimado pelas unidades de consumo com condição de ocupação diferente de alugado, deduzidas as despesas com manutenção, impostos, taxas e seguros.

⁵ As classes referem-se a rendimento total e variação patrimonial, mas são chamadas classes de rendimentos por simplificação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

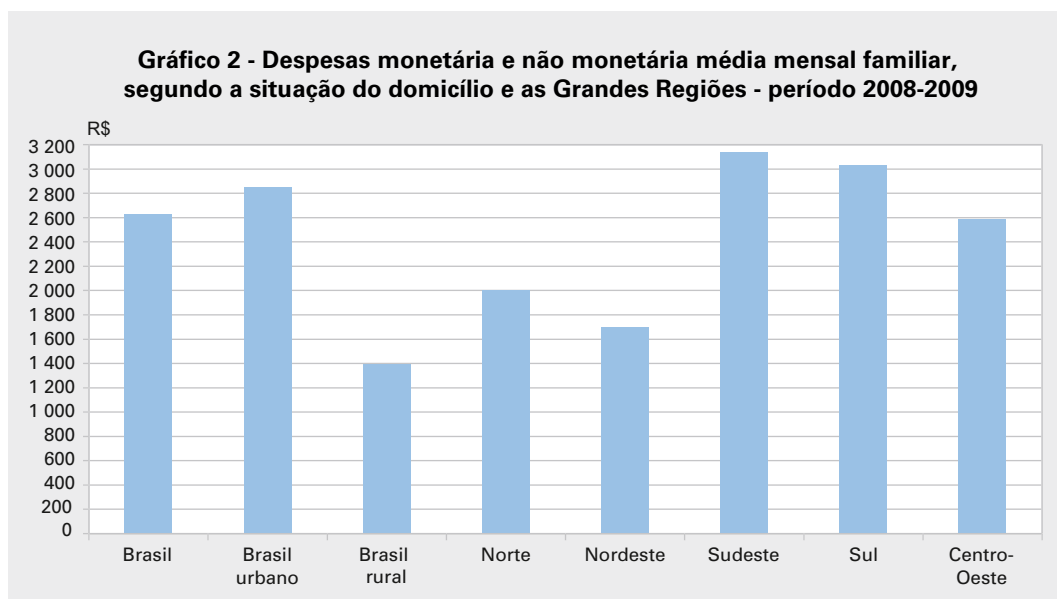
Na análise dos valores da despesa total no Brasil e nas situações urbana e rural, realizada através da Tabela 3 e do Gráfico 2, observa-se estimativas bastante distintas. Para a situação urbana, quando comparada com o valor nacional, o valor da despesa total média foi 8,6% maior, em contrapartida o valor da despesa total média mensal na rural foi 46,8% inferior ao valor do Brasil.

A Tabela 3 apresenta também a distribuição percentual da despesa total, segundo os grandes grupos de despesas que a compõem, no Brasil e nas áreas urbana e rural do País. Conforme anteriormente comentado, a estimativa da despesa total média mensal familiar do Brasil foi de R\$ 2 626,31. Deste total, verifica-se que as despesas correntes representavam uma participação de 92,1%, tendo sido 81,3% referentes à parcela das despesas de consumo e 10,9% referentes às outras despesas correntes. Registraram-se participações de 5,8% referentes ao aumento do ativo e 2,1% para a diminuição do passivo.

Tabela 3 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por situação do domicílio, segundo os tipos de despesa Brasil - período 2008-2009

Tipos de despesa	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
	Valor (R\$)		
Total	2 626,31	2 853,13	1 397,29
	Distribuição (%)		
Despesas correntes	92,1	92,1	92,7
De consumo	81,3	80,7	87,3
Outras	10,9	11,3	5,4
Aumento do ativo	5,8	5,8	5,4
Diminuição do passivo	2,1	2,1	1,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Seguindo a análise, observa-se que o grande grupo despesas correntes apresentou resultados muito próximos, situados entre 92,1% a 92,7%, nas participações percentuais nos três estratos (Brasil, urbano e rural). Porém, identifica-se maiores diferenças quando se avalia as parcelas que compõem as despesas correntes, principalmente entre os recortes urbano e rural do País.

Em relação às participações percentuais, entre o Brasil e a situação urbana nacional, as diferenças são em geral pequenas, inferiores a 1 ponto percentual entre os grupos de despesas de consumo e o grupo outras despesas correntes. Entretanto, quando comparadas as participações percentuais entre as áreas urbana e rural do País, os resultados são bem distintos, mostrando diferenças significativas tanto para o grupo de despesas de consumo que na rural superou em 6,6 pontos percentuais a participação na urbana, como para o grupo outras despesas correntes em que a rural foi menor em 5,9 pontos percentuais. Tais diferenças são explicadas por despesas com impostos, contribuições trabalhistas e serviços bancários principalmente.

Na Tabela 4, são apresentadas as composições da despesa total para as cinco Grandes Regiões e, na comparação com o Brasil. Verificaram-se para as despesas correntes, oscilações pouco significativas em relação à média nacional de 92,1%, com exceção da Região Sul que apresentou uma diferença maior (menos 2,2%). Porém, quando a análise é feita nos componentes deste grande grupo, observaram-se dois patamares de participações bem-definidos para as despesas de consumo: participações da ordem de 84,0% nas Regiões Norte e Nordeste e da ordem de 80,0% nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Naturalmente, para as outras despesas correntes (que junto com o consumo é a outra componente das despesas correntes) seguiram existindo dois patamares, sendo que as participações maiores estavam nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste (em torno de 12%) e as menores no Norte, Nordeste e Sul (em torno de 9%).

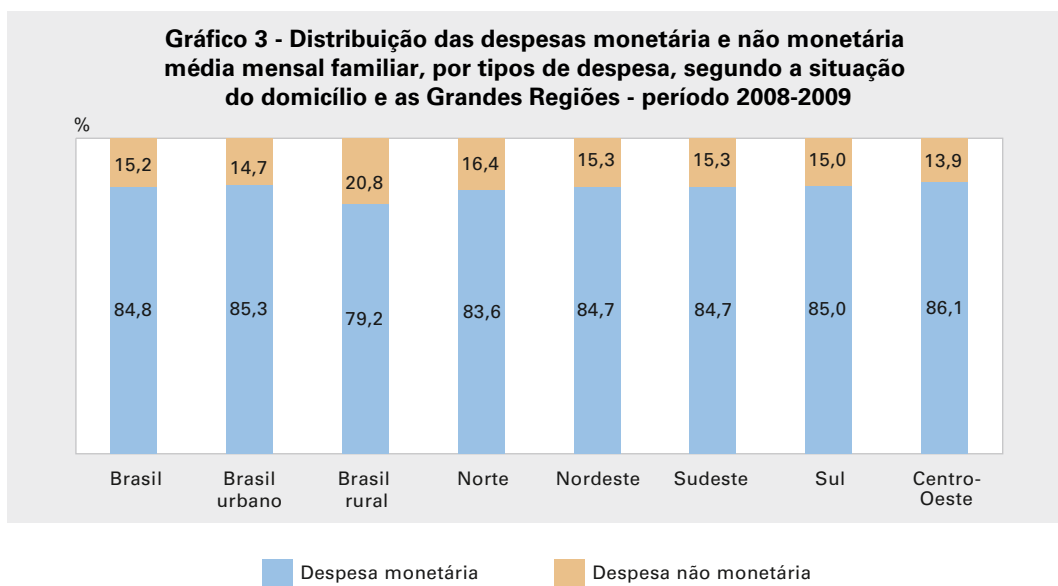
Tabela 4 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por Grandes Regiões e a situação do domicílio, segundo os tipos de despesa - período 2008-2009

Tipos de despesa	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar							
	Brasil			Grandes Regiões				
	Total	Situação do domicílio		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
		Urbana	Rural					
Valor (R\$)								
Total	2 626,31	2 853,13	1 397,29	2 006,80	1 700,26	3 135,80	3 030,44	2 591,14
Distribuição (%)								
Despesa total								
Monetária	84,8	85,3	79,2	83,6	84,7	84,7	85,0	86,1
Não monetária	15,2	14,7	20,8	16,4	15,3	15,3	15,0	13,9
Despesas correntes	92,1	92,1	92,7	92,2	92,8	92,7	89,9	92,0
De consumo	81,3	80,7	87,3	83,9	83,9	80,7	80,7	79,3
Outras	10,9	11,3	5,4	8,3	8,9	12,0	9,2	12,7
Aumento do ativo	5,8	5,8	5,4	5,4	5,0	5,2	8,3	6,0
Diminuição do passivo	2,1	2,1	1,9	2,4	2,2	2,1	1,8	2,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Na análise dos grandes grupos aumento do ativo merecem destaque a Região Sul que apresentou a maior participação entre as Grandes Regiões com 8,3% e a da Região Centro-Oeste, com participação na ordem de 6,0%, percentuais acima da participação da média nacional que foi de 5,8%. No grupo diminuição do passivo, os resultados regionais foram similares e as Regiões Norte (2,4%) e Nordeste (2,2%) registraram os maiores resultados.

Observando a mesma Tabela 4 e através do Gráfico 3, são apresentados, também, resultados da despesa total, segundo as componentes monetária e não monetária.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

A partir dos resultados encontrados na POF 2008-2009 para a participação destes dois tipos de despesas, verificou-se que a despesa monetária total nos resultados do Brasil e Grandes Regiões apresentaram participações entre 83,6 e 86,1% e os percentuais das despesas não monetárias no Brasil e Grandes Regiões ficou entre 13,9% e 16,4%, resultados do Centro-Oeste e Norte respectivamente.

Quando se observam as participações das despesas não monetárias das famílias moradoras em domicílios em situações urbana e rural, verificaram-se diferenças significativas entre as participações. A área urbana apresentou participação média de 14,7%, enquanto na área rural esta participação ficou em 20,8%.

Na comparação entre os resultados do Brasil obtidos através do ENDEF 1974-1975, POF 2002-2003 e POF 2008-2009 (Tabela 5 e Gráfico 4), pesquisas com abrangência nacional, considerações importantes em relação aos resultados destas pesquisas são pertinentes, principalmente agora, com a POF 2008-2009 que se distanciou da POF anterior em seis anos, possibilitando melhor e mais completa compreensão dos orçamentos familiares no Brasil.

Nos parágrafos seguintes são comentadas e apresentadas comparações das participações dos grandes grupos de classificação das despesas (despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo), obtidas no ENDEF 1974-1975, na POF 2002-2003 e na POF 2008-2009, e aspectos relacionados com o comportamento das estruturas de despesas das famílias.

Tabela 5 - Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, no Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF e na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, segundo os tipos de despesa - Brasil - período 1974/2009

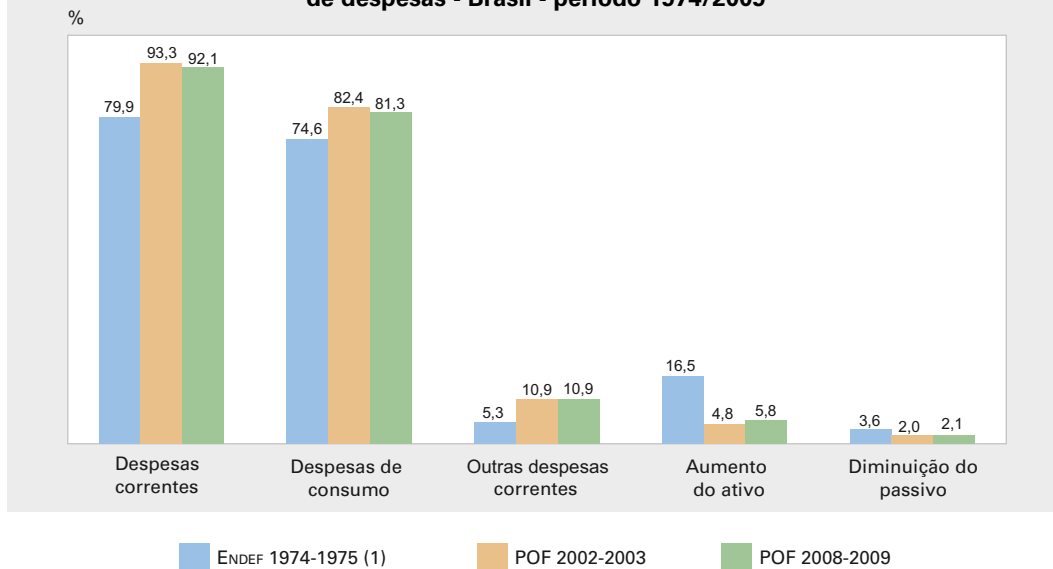
Tipos de despesa	Distribuição da despesa total monetária e não monetária média mensal familiar (%)		
	ENDEF 1974-1975 (1)	POF	
		2002-2003	2008-2009
Total	100,0	100,0	100,0
Despesas correntes	79,9	93,3	92,1
De consumo	74,6	82,4	81,3
Outras	5,3	10,9	10,9
Aumento do ativo	16,5	4,8	5,8
Diminuição do passivo	3,6	2,0	2,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

(1) Exclui a área rural das Regiões Norte e Centro-Oeste.

A comparação direta com o ENDEF 1974-1975 oferece uma perspectiva de manutenção das conclusões tiradas em 2002-2003. No entanto o período 2002-2003 a 2008-2009, apresenta indicativo de reversão de comportamento na variação da participação de partes dos componentes na despesa total. Esse indicativo é consistente no Brasil como um todo e nas áreas urbana e rural do país. Essa é a importância que se apresenta para as investigações de mais curto prazo, conforme apresentadas na Tabela 6 e Gráfico 5.

Gráfico 4 - Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, no Estudo Nacional da Pesquisa Familiar - ENDEF e na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, segundo os tipos de despesas - Brasil - período 1974/2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

(1) Exclui-se a área rural das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Para o grande grupo das despesas correntes, a POF 2008-2009, quando comparada com a POF 2002-2003, apresentou redução em sua participação na estrutura de despesa, tendo passado de 93,3% (POF 2002-2003) para 92,1% (POF 2008-2009). Na comparação com o ENDEF 1974-1975, cuja a participação era de 79,9%, a POF 2008-2009 mostrou um aumento de 12,2 pontos percentuais.

Observa-se também, que o percentual das despesas de consumo na POF 2008-2009 (81,3%) também apresentou uma redução, neste caso de 1,1 ponto percentual em comparação com o resultado da POF 2002-2003 (82,4%). Este grande grupo de despesas no ENDEF 1974-1975, em que representava 74,6% na estrutura de despesa familiar. Nota-se, ainda, que o grupo outras despesas correntes (impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e outras) manteve-se estável nos períodos compreendidos entre as POFs mais recentes, com participação de 10,9% na despesa total familiar. Comparando esta participação na estrutura de despesa apresentada na POF 2008-2009, com a obtida no ENDEF 1974-1975, verifica-se um crescimento de participação significativo, tendo passado de 5,3% para 10,9% no período 2008-2009.

A parcela do aumento do ativo (aquisição de imóvel, reforma de imóvel e outros investimentos), que apresentou participação de 5,8% na POF 2008-2009, mostrou um aumento em relação a POF 2002-2003 (4,8%), neste caso da ordem de 1,0 ponto percentual. Quando comparados com o ENDEF 1974-1975 (16,5%), é o grupo com a maior diminuição na estrutura de despesas das famílias, perdendo ao longo do tempo, 10,7 pontos percentuais até 2008-2009. Por último, cabe comentar que a parcela relativa à diminuição do passivo (pagamentos de empréstimos e prestações de imóvel)

mostrou-se também estável quando comparadas as participações nas POF 2008-2009 (2,1%) e POF 2002-2003 (2,0%), sendo o grande grupo com a menor contribuição na estrutura de despesa. Na comparação com o resultado do ENDEF 1974-1975 (3,6%), identifica-se uma redução em torno de 42%.

Prosseguindo na observação das informações das POF 2008-2009, POF 2002-2003 e do ENDEF 1974-1975, a Tabela 6 apresenta a distribuição percentual da despesa total, segundo os seus componentes nos recortes urbano e rural. Comparando os resultados, principalmente da POF 2008-2009 e da POF 2002-2003, tendo em vista, também, o intervalo de tempo entre as duas pesquisas, verifica-se através das participações dos grandes grupos de despesas variações mais suaves das estruturas de despesa das famílias tanto na situação urbana como na rural. Cabe comentar que, quando a comparação refere-se ao ENDEF 1974-1975, as mudanças são mais evidentes em todos os grandes grupos de despesas, o que é justificado pelo longo período de tempo entre as pesquisas e a oferta crescente de serviços e produtos que ocorreram no período entre as pesquisas e um amplo conjunto de mudanças no modo de vida das famílias brasileiras.

Tabela 6 - Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, no Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF e na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, por situação do domicílio, segundo os tipos de despesa Brasil - período 1974/2009

Tipos de despesa	Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por situação do domicílio (%)					
	Urbana			Rural		
	ENDEF 1974-1975	POF		ENDEF 1974-1975 (1)	POF	
		2002-2003	2008-2009		2002-2003	2008-2009
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Despesas correntes	80,9	93,2	92,1	87,5	94,1	92,7
De consumo	76,2	81,8	80,7	85,1	89,8	87,3
Outras	4,7	11,4	11,3	2,4	4,4	5,4
Aumento do ativo	16,2	4,8	5,8	11,3	4,6	5,4
Diminuição do passivo	2,9	2,0	2,1	1,2	1,3	1,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

(1) Exclui-se a área rural das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Nos resultados encontrados na POF 2008-2009, observa-se que o grande grupo despesas correntes apresentou quedas nas participações, nas situações urbana e rural, de 1,2 ponto percentual e 1,4 ponto percentual, respectivamente, quando comparado com a POF 2002-2003. Observa-se também, nas POF 2008-2009 e POF 2002-2003, que as participações do grupo despesas de consumo apresentaram diferenças de 6,6 pontos percentuais e 8,0 pontos percentuais, respectivamente, entre as situações urbana e rural.

As participações foram praticamente iguais nas POF 2002-2003 e POF 2008-2009 ocorridas para parcela de outras despesas correntes, quando comparados os resultados, para a situação urbana (em torno de 11,0%).

As participações das despesas dos grupos aumento do ativo e diminuição do passivo, tanto para a área urbana como para a área rural, apresentaram crescimento em suas participações, com destaque para a evolução do aumento do ativo, no período entre a realização da POF 2008-2009 e da POF 2002-2003.

Despesa de consumo

As despesas de consumo correspondem ao mais importante componente da estrutura de despesas das famílias. A estimativa da participação das despesas de consumo na despesa total, obtida a partir da POF 2008-2009, foi de 81,3% para o Brasil, com média mensal de R\$ 2 134,77. O valor médio das despesas de consumo realizadas pelas famílias residentes em situação rural (R\$ 1 220,14) correspondeu a 57,2% da média nacional desse tipo de despesa e a 53% do gasto médio das famílias em situação urbana (R\$ 2 303,56).

A seguir, são apresentados alguns comentários sobre as participações das despesas dos diferentes grupos que integram o consumo familiar em relação ao total dos gastos de consumo. De acordo com a Tabela 7 e o Gráfico 5, observa-se que as despesas com *alimentação, habitação e transporte* corresponderam a 75,3% da despesa de consumo média mensal das famílias brasileiras, o que representava 61,3% da despesa total.

Tabela 7 - Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média por tipos de despesa, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2008-2009

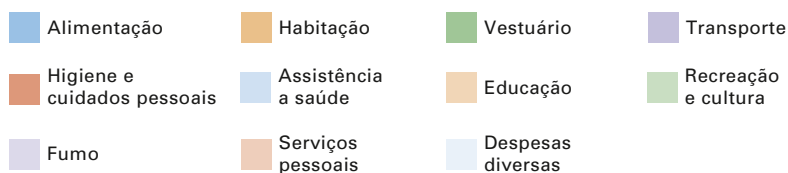
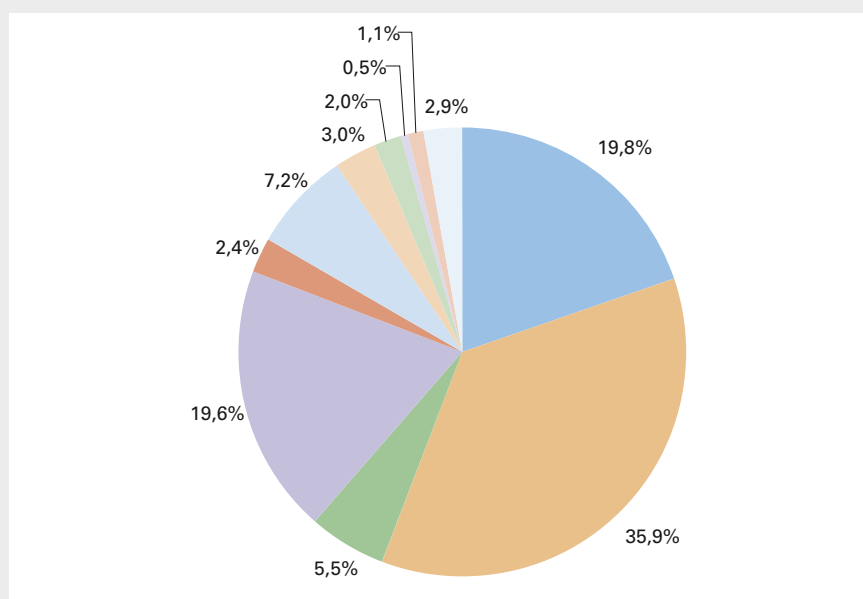
Situação do domicílio e Grandes Regiões	Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (%)											
	Total	Tipos de despesa										
		Alimen- tação	Habi- tação	Vestu- ário	Trans- porte	Higiene e cuida- dos pes- soais	Assis- tência a saúde	Educa- ção	Recre- ação e cultura	Fumo	Ser- viços pes- soais	Des- pesas diver- sas
Brasil	100,0	19,8	35,9	5,5	19,6	2,4	7,2	3,0	2,0	0,5	1,1	2,9
Situação do domicílio												
Urbana	100,0	19,0	36,4	5,5	19,5	2,4	7,3	3,2	2,1	0,5	1,2	2,9
Rural	100,0	27,6	30,6	5,7	20,6	2,5	6,5	1,3	1,2	0,7	0,7	2,7
Norte	100,0	25,8	33,6	7,4	16,5	3,6	4,9	2,4	1,9	0,4	1,1	2,5
Nordeste	100,0	24,2	32,8	6,5	18,2	3,1	6,5	2,8	1,8	0,4	1,1	2,4
Sudeste	100,0	18,3	37,2	4,9	19,5	2,1	7,9	3,4	2,1	0,6	1,2	2,9
Sul	100,0	18,5	35,0	5,9	21,9	2,2	7,0	2,5	2,0	0,6	0,9	3,4
Centro-Oeste	100,0	17,7	37,9	5,2	21,2	2,5	6,4	2,8	1,7	0,5	1,2	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

As participações nos gastos de consumo segundo grupamentos diferiram fortemente entre as situações urbana e rural e para os dois grupamentos mais importantes isso também ocorreu: na alimentação a proporção nos gastos totais da situação rural (27,6%) superou a da urbana (19%); e na habitação essa relação se invertia, com a participação da urbana (36,4%) tendo suplantado a da rural (30,6%).

Cabe destacar que as despesas com habitação responderam pela maior participação nas despesas monetária e não monetária de consumo das famílias, tanto em nível nacional (35,9%) como regional. Para este grupo, as Regiões Centro-Oeste (37,9%) e Sudeste (37,2%) apresentaram as maiores participações no total das despesas de consumo. Quanto à alimentação, observaram-se as maiores participações no consumo das famílias residentes nas Regiões Norte (25,8%) e Nordeste (24,2%), ambas superiores à encontrada para o Brasil (19,8%). A menor participação deste grupo nas despesas de consumo ocorreu na Região Centro-Oeste (17,7%).

Gráfico 5 - Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa - Brasil - período 2008-2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

A terceira maior participação nos gastos nacionais com consumo ficou com o transporte (19,6%), com resultado praticamente igual ao de alimentação. Esse quadro se repete na situação urbana, em que a participação de transporte (19,5%) supera a dos alimentos em 0,5 ponto percentual apenas. Na rural, a proporção de gastos com alimentação (27,6%) é significativamente superior à de transporte (20,6%). As Regiões Sul (21,9%) e Centro-Oeste (21,2%) registraram participações de transporte nas despesas de consumo mais altas que a média nacional. A Região Norte apresentou o menor percentual para este grupo, 16,5%.

A participação das despesas com assistência à saúde apresentou resultado mais elevado que o nacional (7,2%) na Região Sudeste, 7,9%. Num patamar abaixo, encontravam-se as Regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste: 7%, 6,5% e 6,4%, respectivamente. A Região Norte registrou a menor participação, 4,9%. As participações nas situações urbana e rural do País foram, respectivamente, 7,3% e 6,5%.

Para as despesas com vestuário, a participação no Brasil foi de 5,5 %, mesmo resultado do recorte urbano do País, tendo registrado 5,7% no rural. Entre as Grandes Regiões, o maior resultado relativo foi verificado na Região Norte (7,4%) e o menor, na Sudeste (4,9%) que, tanto quanto a Centro-Oeste (5,2%), apresentou participação abaixo da média nacional.

Dentre os grupos restantes destacam-se educação (3%), despesas diversas (2,9%)⁶, higiene e cuidados pessoais (2,4%). A educação, nesse subconjunto de componentes, foi o que apresentou a diferença mais relevante entre as participações da situação de residência urbana (3,2%) e da rural (1,2%).

Segundo as diferentes classes de rendimentos e variação patrimonial (que na continuação serão denominadas classes de rendimentos), a POF 2008-2009 registrou diferenças importantes entre as distribuições de gastos das famílias. Nesse comentário são exploradas as características das famílias das classes extremas de rendimentos definidas para apresentação dos dados da pesquisa: até R\$ 830,00 e acima de R\$ 10 375,00, por grupos de despesas de consumo e seu impacto nos gastos familiares totais.

O peso dos gastos com alimentação na despesa total (que inclui o consumo, as despesas correntes e outros) atendeu ao padrão esperado, tendo alcançado 27,8% quando os rendimentos foram até R\$ 830,00 e, 8,5% na classe superior extrema.

Quanto à habitação, quando os rendimentos foram os mais baixos, a participação na despesa total foi de 37,2% e, na situação oposta, foi de 22,8%. As famílias do primeiro grupo apresentaram participação mais significativa para os gastos com os itens aluguel (17,5% contra 8,8% do grupo com rendimentos mais elevados), serviços e taxas⁷ (8,9% contra 4,5%) e mobiliários e artigos para o lar e eletrodomésticos (5,7% contra 2,7%).

Com transporte, a participação registrada para o grupo de famílias com os maiores rendimentos foi maior: 17,7% contra 9,7%. Nesse componente, para as famílias menos beneficiadas, foi mais importante o item transporte urbano (3,8% contra 0,6%). Para a classe correspondente aos valores mais elevados de rendimentos, o item mais importante foi aquisição de veículos (9,4% contra 2,4%).

As participações das despesas com assistência à saúde foram similares, 5,5% e 5,6%. No entanto, a composição desses gastos difere bastante. Para a classe até R\$ 830,00, os remédios pesam 4,2%, ou seja, correspondem a 76,4% do dispêndio com saúde. A participação do gasto com medicamentos para a classe oposta é de 1,9%. Por outro lado, a participação correspondente ao plano/seguro de saúde foi de 2,4% na classe com rendimentos acima de R\$ 10 375,00, tendo alcançado 0,3% na classe oposta.

⁶ O componente despesas diversas inclui jogos e apostas, cerimônias e festas, serviços pessoais, entre outros.

⁷ Integram os serviços e taxas a energia elétrica, os telefones fixo e celular, pacotes com telefone, televisão e Internet, gás, água e esgoto e outros.

Quanto à educação, as participações, segundo a POF 2008-2009 foram de 0,9% quando os rendimentos eram os mais baixos e, de 2,9% na classe dos valores mais elevados.

Tabela 8 - Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa selecionadas - Brasil - período 2008-2009

Tipos de despesa selecionada	Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar (%)		
	Total	Classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (R\$)	
		Até 830 (1)	Mais de 10 375
Despesas total	100,0	100,0	100,0
Despesas correntes	92,1	96,9	87,1
Despesas de consumo	81,3	93,9	67,2
Alimentação	16,1	27,8	8,5
Habitação	29,2	37,2	22,8
Aluguel	12,8	17,5	8,8
Serviços e taxas	7,0	8,9	4,5
Mobiliários e artigos do lar	1,8	2,5	1,4
Eletrodomésticos	2,1	3,2	1,3
Transporte	16,0	9,7	17,7
Urbano	2,2	3,8	0,6
Aquisição de veículos	6,9	2,4	9,4
Assistência à saúde	5,9	5,5	5,6
Remédios	2,8	4,2	1,9
Plano/seguro-saúde	1,7	0,3	2,4
Educação	2,5	0,9	2,9
Outras despesas de consumo	11,7	12,8	9,7
Outras despesas correntes	10,9	3,1	19,9
Aumento do ativo	5,8	2,2	10,5
Diminuição do passivo	2,1	0,9	2,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

(1) inclusive sem rendimento.

Os comentários e resultados que seguem referem-se às comparações entre o Endef 1974-1975, a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009, cabendo lembrar as diferenças entre as coberturas geográficas do Endef e das POFs, mencionadas anteriormente.

Ademais, as comparações que serão apresentadas a seguir estão limitadas às aquisições das famílias referentes às despesas de consumo de uma parte dos grupos de produtos e serviços. Este procedimento foi necessário em função das diferenças existentes entre o ENDEF e as POFs, no que diz respeito à classificação dos itens de consumo utilizada. Foram selecionados cinco grupos - alimentação, habitação, transporte, assistência à saúde e educação - que atenderam ao requisito da padronização para viabilizar a observação comparativa e responderam, segundo

as POF 2002-2003 e POF 2008-2009, por 85,3 % e 85,5%, respectivamente, da despesa total de consumo. Segundo o ENDEF 1974-1975, totalizavam 82,05 %, como pode ser observado na Tabela 9, a seguir.

Tabela 9 - Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, no Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF e na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, por situação do domicílio, segundo os tipos de despesa selecionada - Brasil - período 1974/2009

Tipos de despesa selecionada	Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbano			Rural		
	ENDEF 1974-1975 (1)	POF		ENDEF 1974-1975	POF		ENDEF 1974-1975 (1)	POF	
2002-2003		2008-2009	2002-2003		2008-2009	2002-2003		2008-2009	
Alimentação	33,9	20,8	19,8	30,1	19,6	19,0	53,2	34,1	27,6
Habitação	30,4	35,5	35,9	32,7	36,1	36,4	17,8	28,7	30,6
Transporte	11,2	18,4	19,6	11,9	18,5	19,5	7,5	17,9	20,6
Assistência à saúde	4,2	6,5	7,2	4,1	6,6	7,3	5,0	5,4	6,5
Educação	2,3	4,1	3,0	2,6	4,3	3,2	0,9	1,5	1,3
Outros	18,0	14,7	14,4	18,7	14,9	14,6	15,5	12,5	13,5

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

(1) Exclui a área rural das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Na avaliação dos resultados para o Brasil e para as situações urbana e rural, as participações destes cinco grupos sofreram alterações expressivas no período considerado.

O grupo alimentação, que na POF 2008-2009, representou 19,8% do total das despesas de consumo, na POF 2002-2003 registrou participação de 20,8% e no ENDEF 1974-1975, 33,9%. A evolução dessa participação entre as duas POFs confirma o comportamento de queda que vem sendo observado (inclusive através das POFs das décadas de 1980 e 1990, realizadas nos principais centros urbanos do País). Para o recorte urbano do Brasil, as alterações também foram significativas desde o ENDEF 1974-1975 (30,1%) até a POF 2002-2003 (19,58%), tendo sido ratificada a redução na POF 2008-2009 (19%). No rural, as quedas foram mais intensas: ENDEF 1974-1975 (53,2%), POF 2002-2003 (34,12%) e POF 2008-2009 (27,6%).

No grupo de despesas com habitação, os resultados das POFs apontam crescimentos significativos em relação ao ENDEF para as três situações avaliadas. Para o Brasil, verificou-se na POF 2008-2009, participação nas despesas de consumo de 35,9% e na POF 2002-2003, de 35,5%, contra 30,4% no ENDEF 1974-1975, indicando, ademais, crescimento continuado. Na situação urbana, a evolução das participações no período ocorreu em escala mais suave no sentido do crescimento. Já na rural, o aumento da participação dos gastos com habitação no período avaliado foi mais significativo, tendo registrado 17,8% no ENDEF 1974-1975, 28,66% na POF 2002-2003 e 30,6% na POF 2008-2009.

Quanto às participações das despesas com transporte, no resultado nacional, verificaram-se crescimentos de 7,2 pontos percentuais nos 30 anos que separam o ENDEF 1974-1975 e a POF 2002-2003 e de 1,2 ponto percentual no intervalo de seis anos entre as POFs nacionais. Para as famílias residentes em situação urbana, o crescimento acompanhou o resultado encontrado para o conjunto do País. Os gastos com transporte na situação rural, no entanto, apresentaram os crescimentos mais relevantes. As participações registradas foram: no ENDEF 1974-1975, 7,5%; na POF 2002-2003, 17,9%; e na POF 2008-2009, 20,6%.

As participações do grupo assistência à saúde mostraram crescimento, com indicativos de aceleração maior no período mais recente, quando a situação domiciliar das famílias é rural. Para o País, tinha registrado 4,2% no Endef 1974-1975, 6,5% na POF 2002-2003 e 7,2% na POF 2008-2009. O comportamento urbano é similar ao nacional e o rural apontou: 5% no Endef 1974-1975, 5,4% na POF 2002-2003 e 6,5% na POF 2008-2009.

As participações referentes aos gastos com educação mostraram no Brasil e nas situações urbana e rural uma reversão do crescimento observado nos quase 30 anos entre o Endef 1974-1975 e a POF 2002-2003, período em que se observaram aumentos de 1,8 ponto percentual, 1,9 ponto percentual e 0,6 ponto percentual, respectivamente. Esse grupo, perdeu participação nos seis anos transcorridos entre as POFs: 1,1 ponto percentual; 1,1 ponto percentual e 0,2 ponto percentual, respectivamente.

Despesa com alimentação

As despesas com alimentação representam, segundo os resultados da pesquisa, 16,1% da despesa total e 19,8% das despesas de consumo realizadas pelas famílias brasileiras. A apresentação dos resultados e comentários relativos às despesas com alimentação encontra-se organizada em três partes. Inicialmente, são observados os hábitos alimentares a partir das despesas monetária e não monetária com alimentos para consumo dentro e fora do domicílio, sob três enfoques comparativos: por situação do domicílio (se localizado nas áreas urbana ou rural), por Grandes Regiões e por classes extremas de rendimento mensal familiar. Em seguida, é apresentado o detalhamento das despesas com alimentação no domicílio segundo grupamentos de produtos. Por fim, são feitas comparações com os resultados da POF 2002-2003.

Assim, as informações referentes aos valores absoluto e relativo correspondentes às despesas monetária e não monetária apresentadas na Tabela 10 mostram que o percentual de despesa com alimentação fora do domicílio na área urbana (33,1%) era, na POF 2008-2009, aproximadamente o dobro daquele observado na área rural (17,5%). Quanto ao valor médio, em reais, da despesa com alimentação fora do domicílio, a diferença entre os valores observados, nas áreas urbana e rural, foi também muito elevada, com o resultado da área urbana tendo sido 145,5% maior que o da área rural. Por outro lado, os valores médios, em reais, da despesa com alimentação no domicílio não apresentaram grande diferença entre as áreas, sendo mantida a superioridade, de apenas 5,5%, dos valores despendidos pelas famílias em situação urbana.

Tabela 10 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação, por situação do domicílio, segundo os tipos de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2008-2009

Tipos de despesa, número e tamanho médio das famílias	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
Valor (R\$)			
Despesa com alimentação	421,72	437,45	336,48
No domicílio	290,39	292,76	277,53
Fora do domicílio	131,33	144,69	58,94
Distribuição percentual (%)			
Despesa com alimentação	100,0	100,0	100,0
No domicílio	68,9	66,9	82,5
Fora do domicílio	31,1	33,1	17,5
Número de famílias	57 816 604	48 808 989	9 007 615
Tamanho médio da família (pessoas)	3,30	3,24	3,60

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

A análise regional (Tabela 11) aponta que o maior percentual com alimentação fora do domicílio ocorreu na Região Sudeste (37,2%), enquanto os menores percentuais ocorreram nas Regiões Norte (21,4%) e Nordeste (23,5%).

Em relação ao valor da despesa média mensal familiar com alimentação fora do domicílio, observa-se que o valor na Região Sudeste (R\$ 172,78), o maior do Brasil, foi mais que o dobro do valor na Região Nordeste (R\$ 81,23), o menor valor do País.

Tabela 11 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação, por Grandes Regiões, segundo os tipos de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias - período 2008-2009

Tipos de despesa, número e tamanho médio das famílias	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valor (R\$)						
Despesa com alimentação	421,72	434,05	345,89	464,04	451,75	364,66
No domicílio	290,39	341,37	264,66	291,26	326,39	254,82
Fora do domicílio	131,33	92,68	81,23	172,78	125,35	109,84
Distribuição percentual(R\$)						
Despesa com alimentação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
No domicílio	68,9	78,6	76,5	62,8	72,3	69,9
Fora do domicílio	31,1	21,4	23,5	37,2	27,7	30,1
Número de famílias	57 816 604	3 949 838	15 099 443	25 491 789	8 898 449	4 377 084
Tamanho médio das famílias (pessoas)	3,30	3,90	3,55	3,14	3,10	3,16

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Na comparação que considera as classes extremas de rendimento mensal familiar (Tabela 12), a POF 2008-2009 registrou que as famílias com rendimentos mais baixos (até R\$ 830,00) apresentaram uma proporção de 17,2% de despesa com alimentação fora do domicílio, contra 82,8% de despesa com alimentação no domicílio. Já para as famílias com rendimentos mais altos (acima de R\$ 10 375,00), a proporção da despesa com alimentação fora do domicílio, no total gasto com alimentação, foi de 49,3%, contra 50,7% de despesa com alimentação no domicílio.

Ainda na Tabela 12, observa-se que o valor, em reais, da despesa total com alimentação realizada pelas famílias com rendimentos mais altos foi, na POF 2008-2009, quase o triplo do valor da média do total de famílias do País e quase seis vezes o valor da classe com rendimentos mais baixos. Já o valor da despesa com alimentação no domicílio na classe com rendimentos mais altos foi pouco mais que o dobro da média nacional e mais que o triplo do valor na classe com rendimentos mais baixos. A diferença foi ainda mais acentuada entre os valores correspondentes à alimentação fora do domicílio, que na classe com rendimentos mais altos foi de 4,5 vezes o valor da média nacional, e 16,5 vezes o valor da classe com rendimentos mais baixos.

Tabela 12 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação, por classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de com indicação do número e tamanho médio das famílias Brasil - período 2008-2009

Tipos de despesa, número e tamanho médio das famílias	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação		
	Total	Classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar	
		Até 830 (1)	Mais de 10 375
	Valor (R\$)		
Despesa com alimentação	421,72	207,15	1 198,14
No domicílio	290,39	171,43	608,05
Fora do domicílio	131,33	35,72	590,09
	Distribuição percentual(%)		
Despesa com alimentação	100,0	100,0	100,0
No domicílio	68,9	82,8	50,7
Fora do domicílio	31,1	17,2	49,3
Número de famílias	57 816 604	12 503 385	2 204 938
Tamanho médio das famílias (pessoas)	3,30	3,07	3,30

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

(1) inclusive sem rendimento.

Na sequência, os comentários focalizam a participação dos diversos grupos de produtos no total da despesa com alimentação no domicílio, comparando-a entre as áreas urbana e rural e entre as Grandes Regiões brasileiras.

Observa-se, na Tabela 13, que o cardápio das famílias apresentou substanciais diferenças, segundo as situações urbana e rural, embora em ambas, o grupo carnes, vísceras e pescados tenha representado a maior participação (21,3% na área urbana e 25,2% na rural). Enquanto, para as famílias em situação urbana, os leites e derivados (11,9%) e panificados (11,0%) foram os outros dois grupos de produtos com maior destaque, para as famílias em situação rural, o grupo dos cereais, leguminosas e oleaginosas (13,1%) foi o que apresentou a segunda maior participação na alimentação do domicílio.

O peso do grupo cereais, leguminosas e oleaginosas na despesa média mensal familiar com alimentação no domicílio, na área rural, foi 85,2% maior que na urbana. O peso do grupo farinhas, féculas e massas no total do gasto foi também maior para as famílias em situação rural, superando o daquelas em situação urbana em 70%.

Por fim, a comparação do grupo alimentos preparados (3,3%, para situação urbana, e 0,8%, para rural) revela a forte predominância desse grupo na área urbana, onde o percentual foi mais que o quádruplo do encontrado na área rural.

Tabela 13 - Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio, por situação do domicílio, segundo os grupos de produto, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2008-2009

Grupos de produto, número e tamanho médio das famílias	Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio (%)		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
Alimentação no domicílio	100,0	100,0	100,0
Cereais, leguminosas e oleaginosas	8,0	7,1	13,1
Farinhas, féculas e massas	4,6	4,2	7,0
Açúcares e derivados	4,6	4,6	5,0
Legumes e verduras	3,3	3,3	3,3
Frutas	4,6	4,8	3,5
Carnes, vísceras e pescados	21,9	21,3	25,2
Aves e ovos	6,9	6,6	8,5
Leites e derivados	11,5	11,9	8,7
Panificados	10,4	11,0	6,9
Óleos e gorduras	2,3	2,2	2,9
Bebidas e infusões	9,7	10,0	7,8
Alimentos preparados	2,9	3,3	0,8
Outros alimentos	9,3	9,7	7,5
Número de famílias	57 816 604	48 808 989	9 007 615
Tamanho médio da família (pessoas)	3,30	3,24	3,60

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Numa comparação entre as Grandes Regiões brasileiras, observa-se que o padrão de despesa das famílias com grupos de produtos que compõem a alimentação no domicílio apresentou diferenças relevantes regionalmente, como pode ser visto na Tabela 14.

A Região Norte destacou-se pelo maior percentual de despesa com o grupo carnes, vísceras e pescados (28,2%) e menores percentuais com os grupos leites e derivados (8,3%) e panificados (8,7%). Diferentemente, a Região Sudeste apresentou o menor percentual do País com o grupo carnes, vísceras e pescados (19,9%) e os maiores percentuais com os grupos leites e derivados (12,4%) e panificados (11,1%).

Quanto ao grupo cereais, leguminosas e oleaginosas, verifica-se que os maiores percentuais ocorreram nas Regiões Nordeste (10,3%) e Centro-Oeste (10,2%), quase o dobro do encontrado na Região Sul (5,5%), que apresentou o menor percentual do País.

Na proporção de despesa com o grupo aves e ovos, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram percentuais mais elevados (9,7% e 9,3% respectivamente) e com diferenças significativas em relação aos encontrados nas demais regiões.

A Região Nordeste apresentou uma proporção de 6,8% relativa ao grupo bebidas e infusões, muito inferior às encontradas nas outras regiões.

Quanto ao grupo alimentos preparados, verifica-se que o maior percentual ocorreu na Região Sudeste (3,5%), equivalente ao dobro do encontrado na Região Nordeste (1,7%), o menor do País.

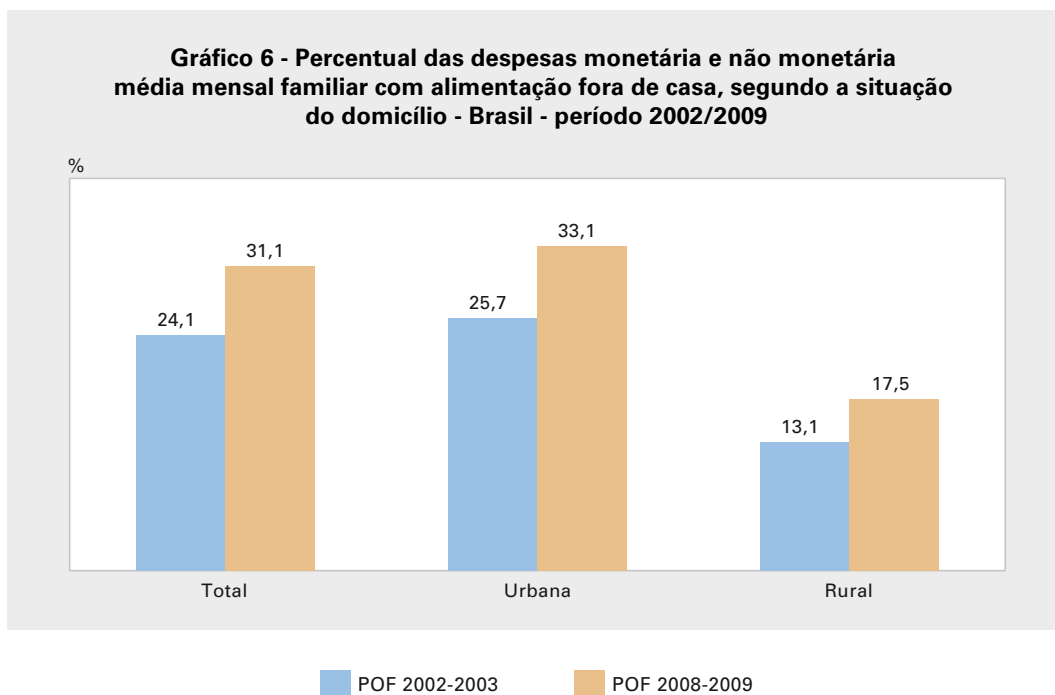
Tabela 14 - Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio, por Grandes Regiões, segundo os grupos de produto, com indicação do número e tamanho médio das famílias - período 2008-2009

Grupos de produto, número e tamanho médio das famílias	Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Alimentação no domicílio	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Cereais, leguminosas e oleaginosas	8,0	9,6	10,3	7,1	5,5	10,2
Farinhas, féculas e massas	4,6	6,5	6,2	3,5	4,8	3,4
Açúcares e derivados	4,6	3,6	3,9	4,8	5,7	4,5
Legumes e verduras	3,3	2,9	3,2	3,4	3,2	4,2
Frutas	4,6	3,6	4,5	4,8	4,7	4,7
Carnes, vísceras e pescados	21,9	28,2	22,9	19,9	22,3	22,6
Aves e ovos	6,9	9,7	9,3	5,7	5,9	5,7
Leites e derivados	11,5	8,3	10,5	12,4	12,2	10,6
Panificados	10,4	8,7	10,4	11,1	10,2	8,9
Óleos e gorduras	2,3	2,2	2,1	2,3	2,2	2,8
Bebidas e infusões	9,7	9,8	6,8	10,3	11,5	10,5
Alimentos preparados	2,9	2,2	1,7	3,5	3,3	2,8
Outros alimentos	9,3	4,8	8,1	11,2	8,6	9,1
Número de famílias	57 816 604	3 949 838	15 099 443	25 491 789	8 898 449	4 377 084
Tamanho médio da família (pessoas)	3,30	3,90	3,55	3,14	3,10	3,16

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

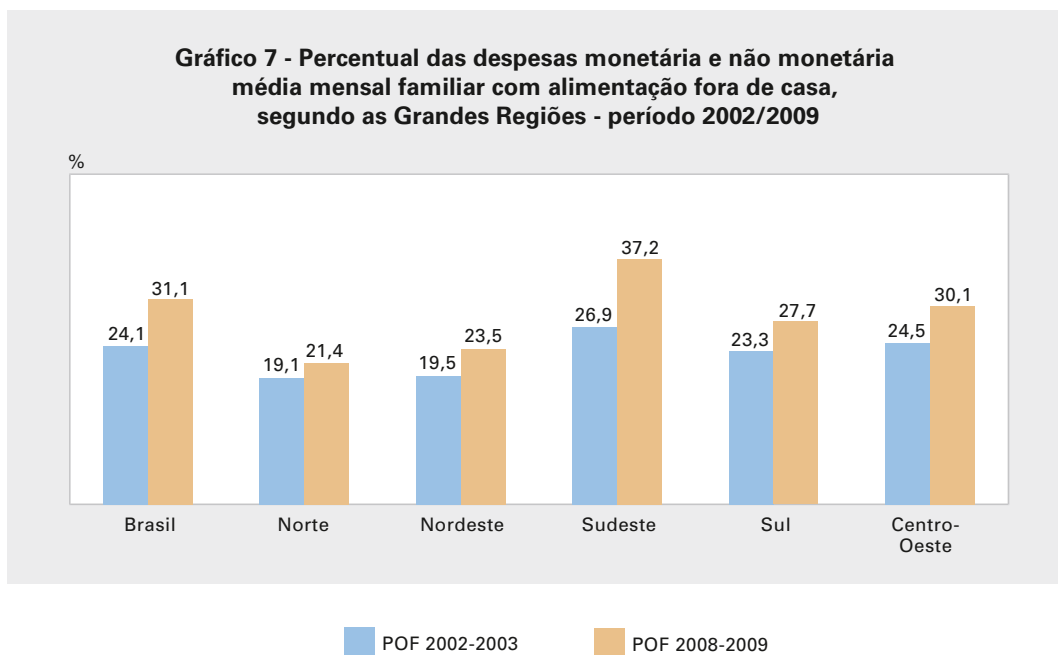
A seguir, são apresentadas algumas comparações com a POF 2002-2003. Entre os dois períodos de realização da pesquisa, observou-se um aumento significativo no percentual da despesa média mensal com alimentação fora do domicílio, em todos os níveis geográficos aqui analisados: total do País, situações urbana e rural, e Grandes Regiões.

No Gráfico 6, verifica-se um aumento de sete pontos percentuais no peso da despesa com alimentação fora do domicílio, no País, entre a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009.



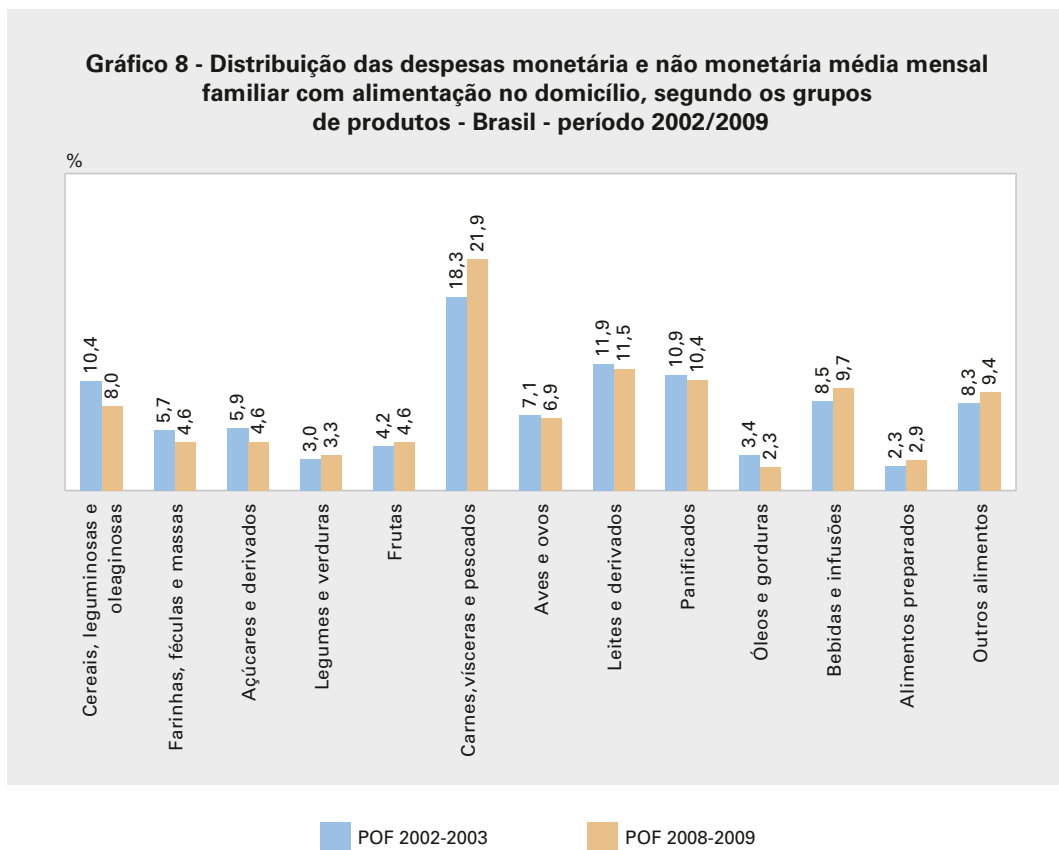
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

Na perspectiva regional, o maior aumento entre a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009 ocorreu na Região Sudeste (10,3 pontos percentuais), de acordo com o Gráfico 7.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

Na comparação dos pesos dos grupos de produtos na despesa com alimentação no domicílio, entre as duas edições da pesquisa, apresentada no Gráfico 8, destaca-se o aumento da participação do grupo carnes, vísceras e pescados, passando de 18,3% para 21,9%, e a queda da participação do grupo cereais, leguminosas e oleaginosas, passando de 10,4% para 8,0%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

Despesa e alguns indicadores socioeconômicos

Nesse bloco são comentados aspectos relacionados ao equilíbrio das despesas realizadas por famílias com mais baixos e mais altos rendimentos e à influência de características educacionais dos componentes da família e da pessoa de referência sobre as despesas realizadas. Por fim, são apresentadas observações sobre os gastos efetuados, segundo a cor ou raça e o sexo da pessoa de referência.

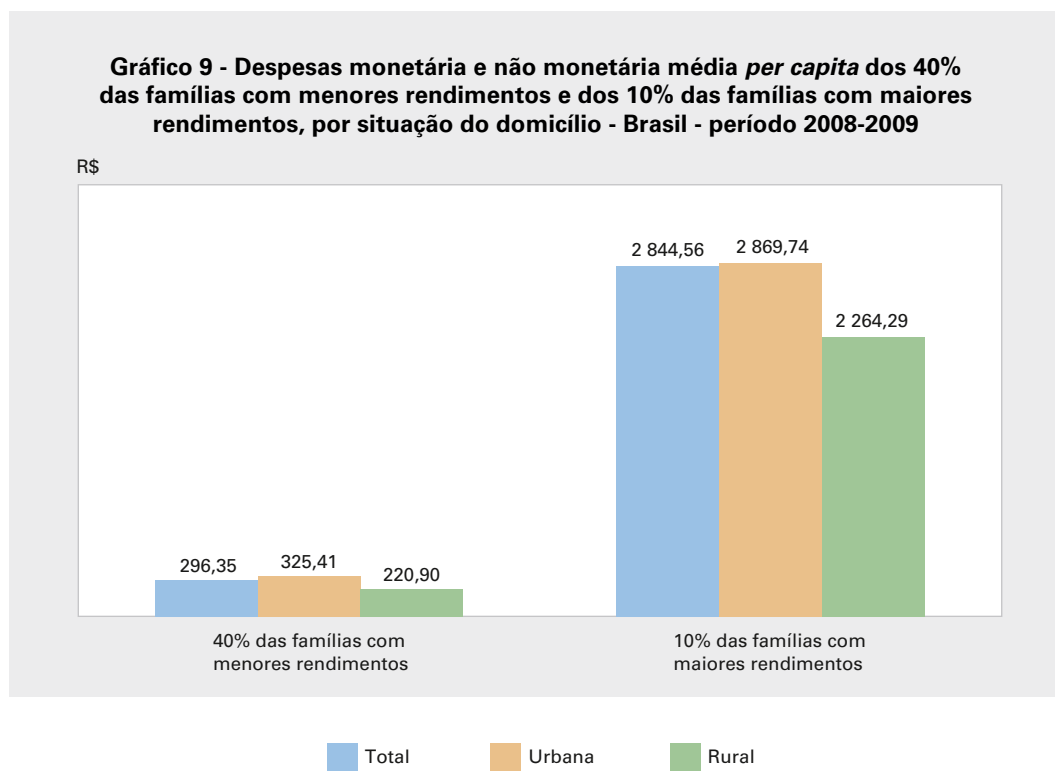
Distância média das despesas das famílias com maiores e menores rendimentos

Um dos principais problemas brasileiros é a distribuição dos recursos entre as famílias ou pessoas e há várias formas de medir como os recursos estão sendo repartidos na sociedade. No texto que segue, se definiu por analisar a distância entre os recursos apropriados por 40% das famílias com os menores rendimentos e a parcela de 10% das famílias com os maiores rendimentos. A variável utilizada, em relação a

qual foram observadas diversas distâncias, foi despesas monetária e não monetária *per capita* familiar apropriada pelos dois conjuntos de famílias. Os indicadores assim obtidos mostram de forma simples em quanto uma parte da população encontra-se distante da outra, ou seja, os graus de desigualdade das distribuições das despesas observadas. No contexto dessa análise, a variável utilizada para classificar as famílias foi a soma dos rendimentos monetário e não monetário e da variação patrimonial que, por simplificação, passa a ser denominada rendimentos.

Como a despesa *per capita* mostra a forma de apropriação das pessoas ou famílias, é considerada uma medida de bem-estar. Neste sentido, quanto menor a despesa *per capita*, menor o nível de bem-estar do grupo sob estudo.

No Brasil, os 40 % de famílias com menores rendimentos possuíam despesa total *per capita* de aproximadamente R\$ 296,35, enquanto as 10% com maiores rendimentos, de R\$ 2 844,56 (Gráfico 9).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Assim, no País a distância média da despesa *per capita* dos 10% com maiores rendimentos contra os 40% com menores rendimentos foi de 9,6 vezes, indicando a desigualdade na distribuição das despesas familiares *per capita* no Brasil. No entanto, ao comparar com os dados da POF 2002-2003 (10,1 vezes), percebe-se um declínio desta distância, indicando alguma melhora na distribuição dos recursos.

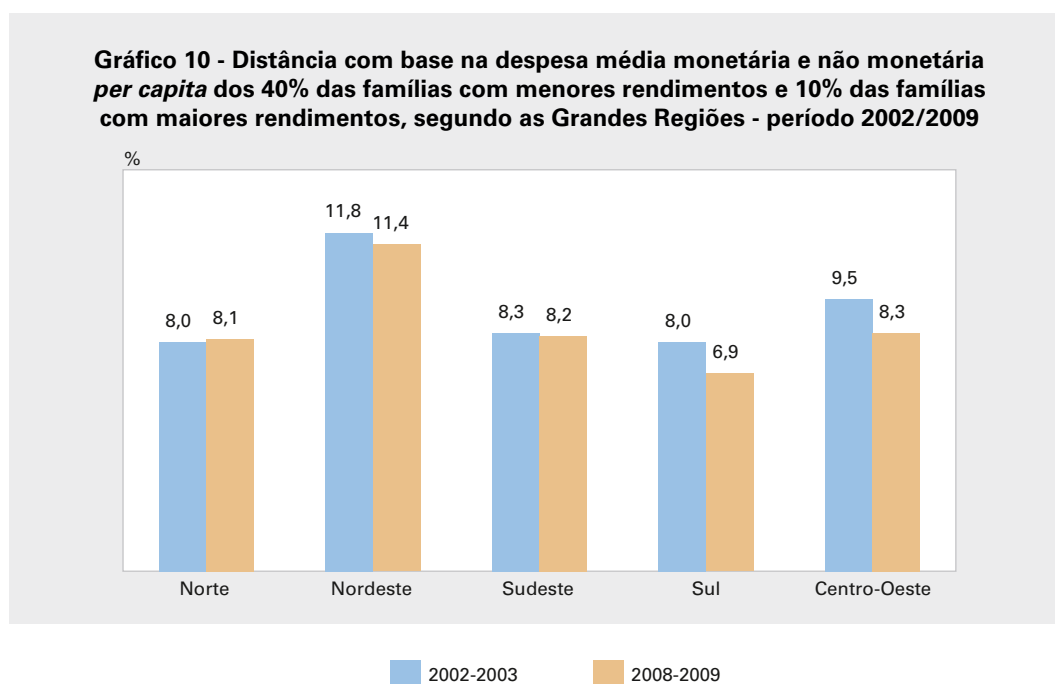
Nas regiões geográficas, a maior despesa média familiar *per capita* entre os 40% com menores rendimentos foi da Região Sul (R\$ 406,00) e a menor da Região

Nordeste (R\$ 233,00). A despesa *per capita* da Região Sul era aproximadamente 74% maior que a da Região Nordeste. Assim, a POF 2008-2009 revelou, também, diferenças regionais entre as famílias detentoras dos menores rendimentos.

Entre as famílias com maiores rendimentos, a região com menor despesa média *per capita* foi a Região Norte (R\$ 2 094,00) e com a maior foi a Região Sul (R\$2.799,00). Interessante ressaltar que, para este grupo de famílias, a despesa *per capita* da Região Sul era cerca de 33% maior que a da Região Norte, revelando que havia diferenças regionais, porém em intensidade menor do que a referente ao grupo com os menores rendimentos.

No País, a região mais desigual foi a Nordeste (distância entre despesas médias *per capita* de 11,3 vezes), enquanto a menos desigual foi a Sul (6,9 vezes).

Houve, no período entre as realizações das POF 2002-2003 e POF 2008-2009, a redução do indicador de desigualdade aqui analisado para as Regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste. As demais Grandes Regiões mostraram resultados próximos da estabilidade.

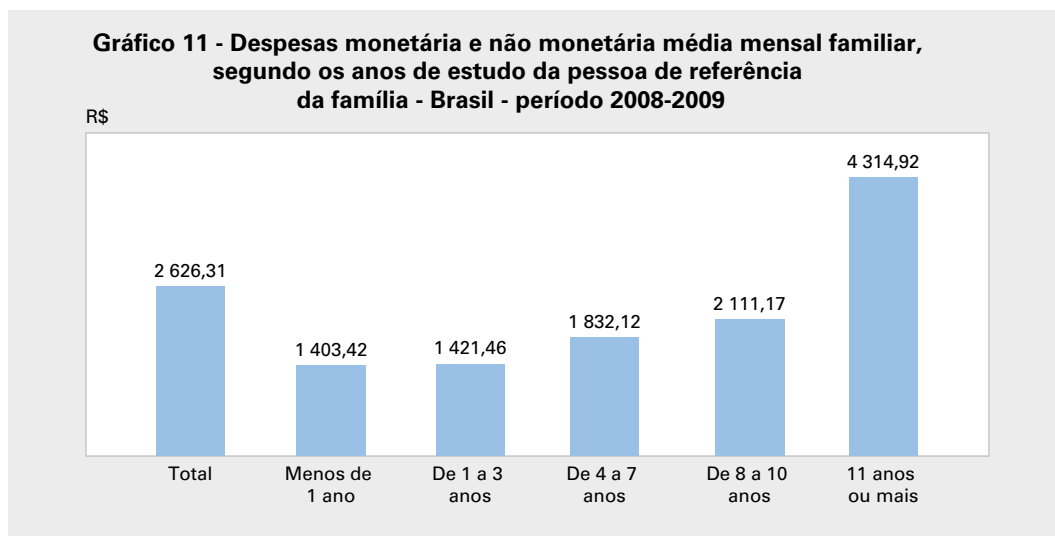


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

Aspectos da educação

Os comentários a seguir tratam do impacto da escolaridade na estrutura de orçamento das famílias brasileiras. Para esse fim, foram utilizados dois indicadores: os anos de estudo da pessoa de referência e a existência de pessoa com nível superior completo ou incompleto entre os componentes da família.

O gráfico 11, apresenta a despesa total média mensal familiar para Brasil e segundo os anos de estudo da pessoa de referência.



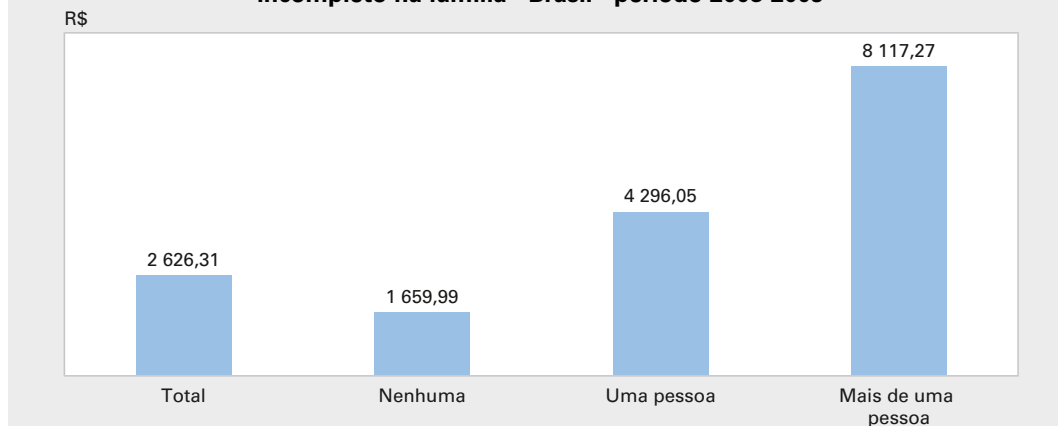
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Quanto maior o número de anos de estudo da pessoa de referência, maiores foram as despesas médias mensais das famílias. Os resultados da POF 2008-2009 mostram que, para as famílias em que a pessoa de referência possuía menos de um ano de estudo, o total da despesa média mensal foi de R\$ 1 403,42, enquanto, no outro extremo, nas famílias com pessoa de referência com 11 anos ou mais de estudo, esse total foi de R\$ 4 314,92, ou seja, quase 207% maior. Na comparação com os resultados apresentados pela POF 2002-2003 observa-se uma expressiva redução da diferença que era, segundo aquela investigação, da ordem de 400%.

Para uma visão mais clara do impacto que a educação teve nas despesas médias familiares, pode-se lançar mão de um outro indicador, que é a existência ou não de pessoa com nível superior completo ou incompleto na composição da família. O que os dados da POF 2008-2009 apontaram é que não apenas o fato de a pessoa de referência possuir maior número de anos de estudo influencia na composição da despesa média familiar, como também os outros membros da família com maiores níveis educacionais interferiram na construção da despesa familiar. No que tange a despesa média, este indicador evidencia que pessoas com nível superior completo ou incompleto no interior da família, mesmo que não sendo a pessoa de referência, produziram efeitos semelhantes aos observados quando a pessoa de referência tinha maior número de anos de estudo, ou seja, elevou a despesa média familiar, como se pode observar no gráfico a seguir.

As famílias que não possuíam pessoa com nível superior completo ou incompleto em sua composição tiveram uma despesa total média mensal de R\$ 1 659,99; aquelas com uma pessoa, R\$ 4 296,05; e as famílias com mais de uma pessoa, R\$ 8 117,27. Sendo assim, a diferença entre o primeiro e o segundo estratos foi da ordem de 160%, e entre o primeiro e o último, de 390%. Mesmo considerando a persistência dessas acentuadas diferenças, elas são menores se comparadas com os resultados da POF 2002-2003, na qual esses percentuais eram da ordem de 190% e 430% respectivamente.

Gráfico 12 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por existência de pessoas com nível superior completo ou incompleto na família - Brasil - período 2008-2009



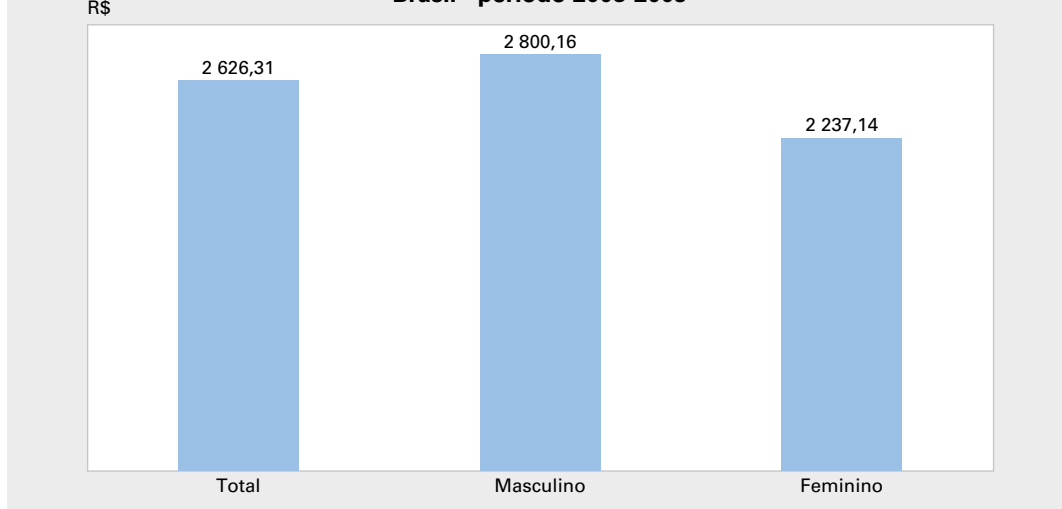
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

O percentual de famílias que não possuíam pessoas com nível de instrução superior completo ou incompleto também se reduziu comparando os dados das POF 2002-2003 e POF 2008-2009. Enquanto na primeira 84% das famílias não possuíam pessoas com nível de instrução superior completo ou incompleto, na POF 2008-2009 esse percentual foi de 76%.

Sexo e a cor ou raça da pessoa de referência

Outro enfoque importante é a análise das despesas pelo sexo e pela cor ou raça da pessoa de referência da família. O gráfico 13 seguinte apresenta a despesa total média mensal para Brasil e segundo o sexo da pessoa de referência da família.

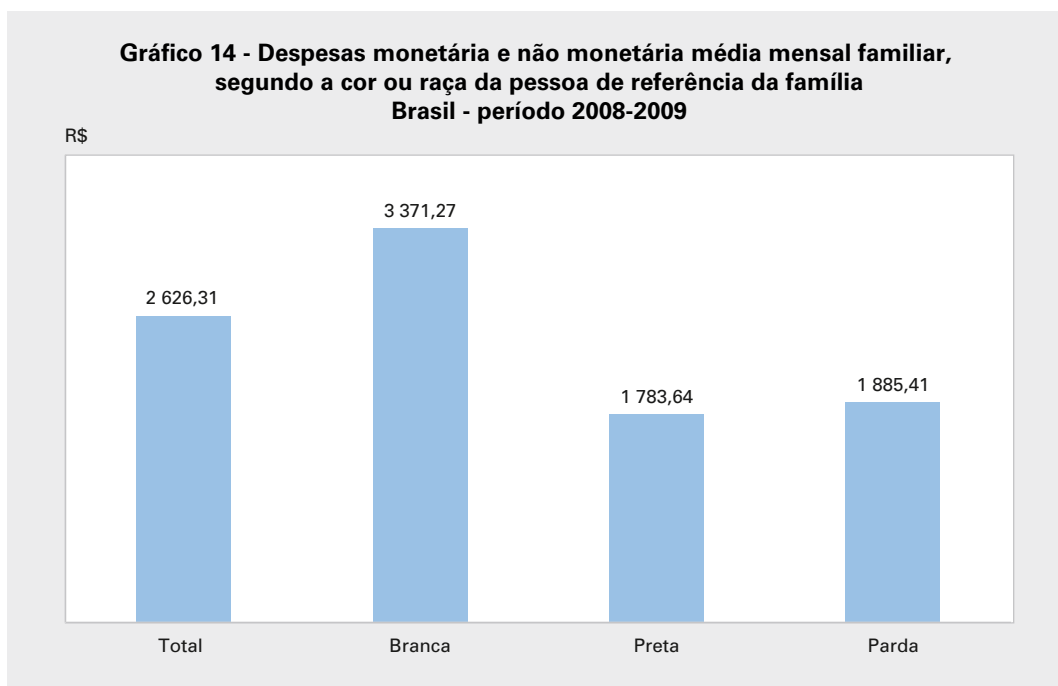
Gráfico 13 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, segundo o sexo da pessoa de referência da família Brasil - período 2008-2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Segundo a POF 2008-2009, a despesa total média mensal das famílias cuja pessoa de referência era do sexo masculino foi de R\$ 2 800,16, enquanto nos casos onde esta era do sexo feminino foi de R\$ 2 237,14. Sendo assim, as famílias com pessoas de referência do sexo masculino apresentaram uma despesa total média mensal em torno de 7% acima da média Brasil, enquanto as com pessoa de referência do sexo feminino apresentaram uma média 15% menor. Comparando-se a diferença entre os dois estratos esta foi da ordem de 20%. Ao levar em conta os resultados da POF 2002-2003, onde essa diferença era de 15%, vê-se que essa distância entre os dois estratos aumentou.

O gráfico 14, seguinte, mostra a despesa total média mensal pela cor ou raça da pessoa de referência.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Ao observar a despesa total média mensal familiar pela cor ou raça da pessoa de referência da família, constata-se que esta despesa, tratando-se da pessoa de referência de cor branca, foi superior em 28% à média nacional, e em mais de 89% quando a pessoa de referência era preta e 79% quando era parda. Comparando-se esses percentuais com os resultados apresentados pela POF 2002-2003, observa-se que as diferenças percentuais entre famílias com pessoa de referência branca e preta aumentaram (na POF 2002-2003 era de 82%), enquanto na comparação entre famílias com pessoa de referência branca e parda houve uma redução (na POF 2002-2003 era de 84%).

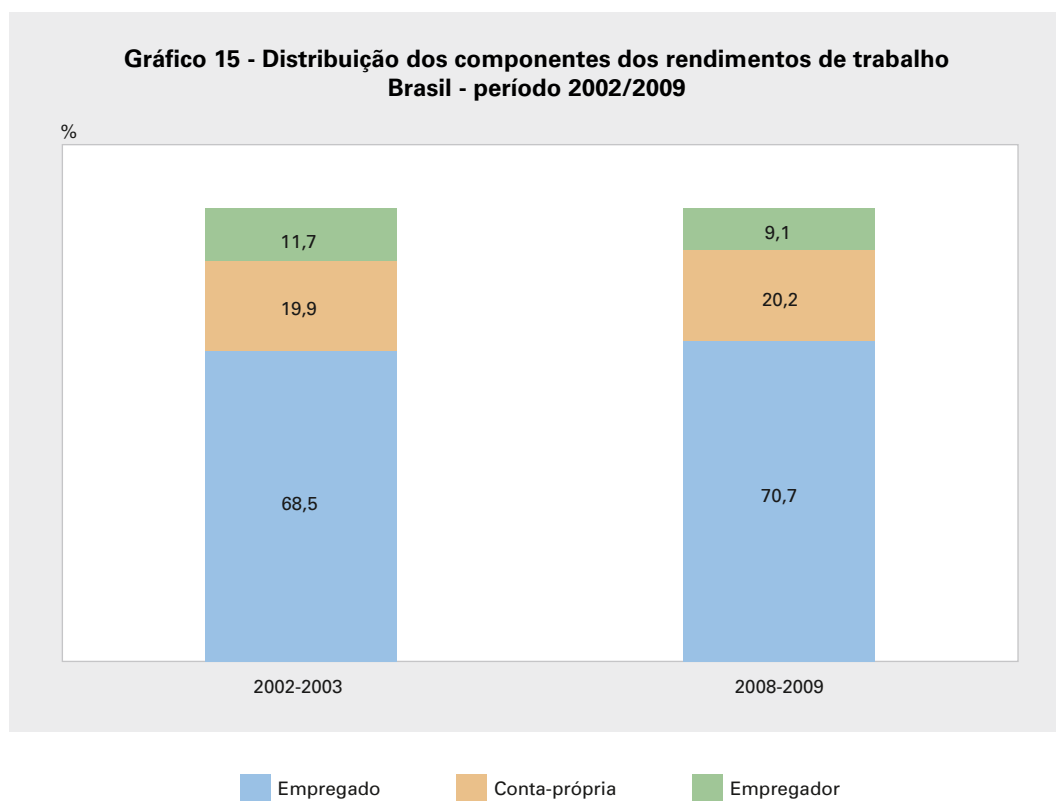
Rendimentos

O rendimento total é um dos determinantes principais na construção do orçamento familiar. Nas POFs, desde a de 2002-2003, este rendimento é composto por uma parcela monetária e outra não monetária. A análise da composição do rendimento

total revela a dinâmica do mercado de trabalho, o impacto dos gastos do governo, através das transferências governamentais, a influência dos auxílios provenientes de outras unidades familiares e as transferências intrafamiliares. Todos esses se constituindo em elementos importantes na estrutura orçamentária das famílias. Além do rendimento total, são, aqui, comentadas as variações no patrimônio, como saques da poupança, recebimento de herança e vendas de imóveis que, ainda que indireta e pontualmente, também influenciam no orçamento.

No Brasil, o rendimento total médio mensal auferido foi de R\$ 2 641,63. Agregando-se à variação patrimonial, este valor alcançou, em média, R\$ 2 763,47. Ao rendimento do trabalho, correspondeu a maior participação no rendimento total e variação patrimonial das famílias, cerca de 61,1%, no valor de R\$ 1 688,00. Decompondo o rendimento do trabalho, cerca de 70% pertencem a recebimentos provenientes de empregados, sejam públicos, privados ou domésticos, enquanto 20%, a remunerações dos que trabalham por conta própria.

Observa-se nos componentes do rendimento do trabalho, comparando os dados das POF 2002-2003 e POF 2008-2009, que houve aumento da participação dos empregados e dos conta-própria. A exceção foi a participação do rendimento do empregador, que se reduziu em mais de dois pontos percentuais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

A segunda maior participação foi registrada pelas transferências (18,5%), que incluem as aposentadorias e pensões pública e privada, bolsas de estudos e programas sociais de transferência de renda. As aposentadorias e pensões governamentais mostraram o impacto de parte dos inativos na população, na composição total do

rendimento, enquanto os programas governamentais mostraram parte da redistribuição na renda. As aposentadorias e pensões representaram, na POF 2008-2009, mais de 80% das transferências, onde 55% foram provenientes do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Os programas sociais federais e outras transferências representaram cerca de 7,5% das transferências.

O rendimento não monetário registrou a terceira participação na composição do total auferido no País (12,8%). Esta parcela mostrou-se tão mais significativa, quanto menores eram os rendimentos das famílias. Entre as famílias com mais baixos rendimentos⁸ correspondeu a 25,8% e entre aquelas com os mais altos rendimentos foi de apenas 6,7%.

Os rendimentos de aluguel (de bens móveis e imóveis) e as outras rendas apresentaram as menores contribuições na composição do rendimento total e variação patrimonial (1,7% e 1,6%, respectivamente).

As famílias com recebimentos até R\$ 830,00 eram aproximadamente 12,5 milhões e seu principal componente foi o rendimento do trabalho que deteve 46,3%. Decompondo o rendimento do trabalho, a participação dos empregados foi de 68%, e do trabalhador por conta própria, de 31%. O rendimento proveniente das transferências registrou a segunda maior participação dessas famílias (26,7%). A aposentadoria e pensão do INSS (58%) e os programas sociais federais (23%) responderam por parcelas relevantes das transferências recebidas. O rendimento não monetário (25,8%) registrou participação bastante similar a das transferências.

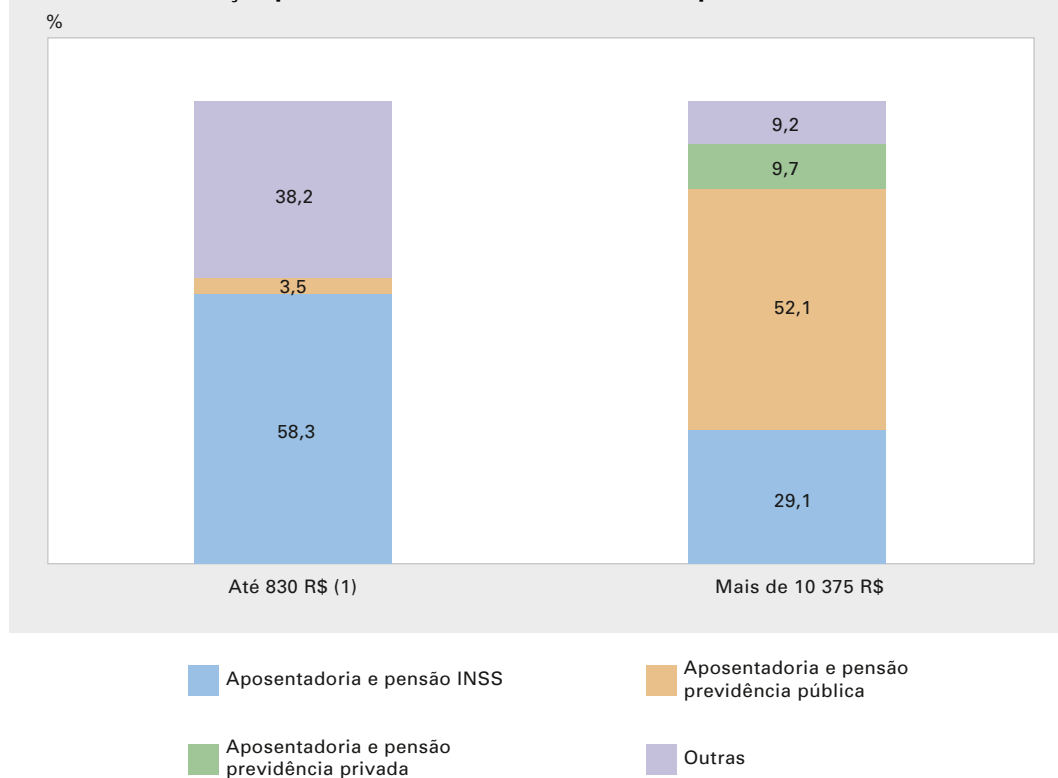
No Brasil, em torno de 4% das famílias possuíam recebimentos superiores a R\$ 10 375,00, segundo a POF 2008-2009. A maior participação foi a do trabalho (60,5%). Este dado evidenciou a importância do mercado de trabalho na estrutura de renda destas famílias. De forma análoga ao observado entre as famílias com mais baixos recebimentos, o recebimento das transferências possuía a segunda participação no total auferido. Todavia, foram as aposentadorias e pensões da previdência pública as maiores responsáveis pelo montante total de transferências, lembrando que para a classe de recebimentos até R\$ 830,00 predominaram as aposentadorias e pensões de origem no INSS. Entre as famílias com mais altos recebimentos, a variação patrimonial foi a terceira fonte de recursos (9,9%) mais importante. Nas demais classes, os rendimentos não monetários ocuparam esse terceiro posto.

A Tabela 15 mostra a distribuição acumulada das famílias e o rendimento médio apropriado⁹, segundo as classes de rendimento total e variação patrimonial acumuladas. Assim, observa-se, por exemplo, que as famílias com recebimentos até R\$1 245,00 correspondiam a 39% das famílias e recebiam em média de R\$ 762,72 e que as famílias com rendimentos até R\$ 4 150,00, eram mais de 80% das famílias e possuíam rendimento e variação patrimonial média de R\$ 1 559,53.

⁸ A construção das classes levou em conta os rendimentos monetário e não monetário e variação patrimonial.

⁹ Rendimentos monetário e não monetário e variação patrimonial.

Gráfico 16 - Distribuição dos componentes dos rendimentos de origem de transferências, segundo as classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar - Brasil - período 2008-2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

(1) Inclusive sem rendimento.

Tabela 15 - Rendimento apropriado acumulado e distribuição acumulada das famílias, segundo as classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar Brasil - período 2008-2009

Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar	Rendimento apropriado acumulado (R\$)	Distribuição acumulada das famílias (%)
Até 830 (1)	544,21	21,6
Mais de 830 a 1 245	762,72	39,0
Mais de 1 245 a 2 490	1 196,13	68,4
Mais de 2 490 a 4 150	1 559,53	83,8
Mais de 4 150 a 6 225	1 834,35	91,0
Mais de 6 225 a 10 375	2 159,69	96,2
Mais 10 375	2 763,47	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

(1) Inclusive sem rendimento.

No Brasil Urbano, os rendimentos provenientes do trabalho (61,8%), transferências (18,5%) e de rendimentos não monetários (12,2%) obtiveram participações, em relação aos rendimentos totais e variação patrimonial, bastante similares às observadas no total nacional. Entretanto, foi nas áreas rurais que as diferenças se acentuaram. As participações do rendimento do trabalho de 53,6%, das transferências de 20,5% e dos rendimentos não monetários de 18,7% divergiram da média nacional e, conseqüentemente, das urbanas. Na comparação com a POF 2002-2003, percebe-se uma alteração na composição do total recebido das áreas rurais, pois a segunda maior participação era a dos rendimentos não monetários e, na POF 2008-2009, estes passaram a representar a terceira participação mais expressiva.

A soma do rendimento total médio e da variação patrimonial média das famílias em situação rural equivalia a 49% da mesma soma para a situação urbana. Além disso, os rendimentos provenientes de transferências (20,5%) tiveram uma participação bastante similar àquela dos rendimentos não monetários (18,7%) quando a situação era rural.

Tabela 16 - Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar, por tipos de origem dos recebimentos, segundo a situação do domicílio Brasil - período 2008-2009

Situação do domicílio	Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar							
	Total	Tipos de origem dos rendimentos						Variação patrimonial
		Rendimento total	Rendimento do trabalho	Transferência	Rendimento de aluguel	Outras rendas	Rendimento não monetário	
Valor (R\$)								
Total	2 763,47	2 641,63	1 688,00	511,16	46,53	43,08	352,86	121,83
Urbana	2 999,98	2 866,36	1 852,81	549,52	51,06	46,16	366,81	133,62
Rural	1 481,91	1 423,95	795,00	303,35	21,96	26,38	277,25	57,96
Distribuição (%)								
Total	100,0	95,6	61,1	18,5	1,7	1,6	12,8	4,4
Urbana	100,0	95,5	61,8	18,3	1,7	1,5	12,2	4,5
Rural	100,0	96,1	53,6	20,5	1,5	1,8	18,7	3,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Tanto na condição urbana, quanto na rural, para as famílias com recebimentos de R\$ 830,00, os principais componentes foram o rendimento do trabalho, as transferências e o rendimento não monetário, a exemplo do que foi visto para o total nacional. Observa-se que na situação rural, os programas sociais federais foram responsáveis por 33% das transferências e, na urbana, por 20%.

Em famílias em situações de moradia urbana e rural e com recebimentos superiores a R\$ 10 375,00 o item variação patrimonial possuiu participações significativas, 9,9% e 11,6%, respectivamente. Ambas superiores às dos rendimentos não monetários. Na situação urbana, a variação patrimonial alcançou proporção próxima a nacional, enquanto na rural este item teve participação maior que a nacional.

O maior rendimento total e variação patrimonial médio entre as Grandes Regiões foi observado na Região Sudeste, seguida da Região Sul, superiores à média nacional

em cerca de 21%, 10,3%, respectivamente. No entanto, foi apenas a Região Sul que apresentou valores superiores à média brasileira em todas as categorias de origem de recebimentos. A Região Nordeste apresentou o menor rendimento total e variação patrimonial (R\$ 1 764,00), cujo valor era próximo de 63,5% da média nacional, seguida pela Região Norte, que representou cerca de 76% da média brasileira.

A participação dos rendimentos provenientes do trabalho na composição do rendimento e variação patrimonial média familiar foi maior que 60% nas regiões brasileiras, com exceção da Região Nordeste (57,8%). O rendimento do trabalho teve maior participação na Região Centro-Oeste (66,4%) e na Região Norte (65,5%) e menor participação na Região Nordeste. As transferências tiveram maior participação no rendimento da Região Nordeste (22,5%), próxima à participação das áreas rurais do País (20,5%). Em termos da distribuição do rendimento não monetário, as Regiões Norte (16,6%) e Nordeste (15,5%) superaram o peso do componente na média nacional (14,6).

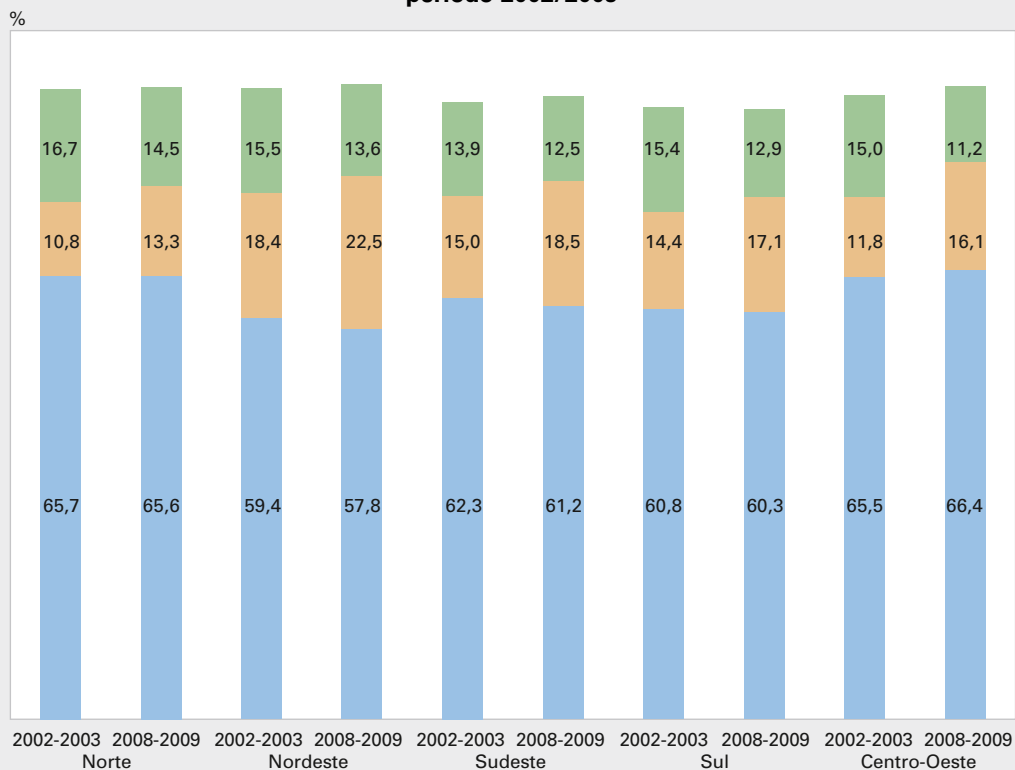
Tabela 17 - Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar, por tipos de origem dos recebimentos, segundo as Grandes Regiões período 2008-2009

Grandes Regiões	Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar							
	Total	Rendimento total	Tipos de origem dos rendimentos					Variação patrimonial
			Rendimento do trabalho	Transferência	Rendimento de aluguel	Outras rendas	Rendimento não monetário	
Valor (R\$)								
Brasil	2 763,47	2 641,63	1 688,00	511,16	46,53	43,08	352,86	121,83
Norte	2 092,32	2 011,72	1 372,48	278,17	23,27	34,91	302,89	80,60
Nordeste	1 764,62	1 712,88	1 019,43	397,59	20,68	36,07	239,13	51,73
Sudeste	3 348,44	3 193,05	2 048,29	620,80	63,90	40,41	419,65	155,40
Sul	3 050,82	2 873,52	1 838,22	521,13	51,26	68,88	394,04	177,30
Centro-Oeste	2 823,75	2 731,14	1 875,4	454,48	45,93	37,75	317,58	92,60
Distribuição (%)								
Brasil	100,0	95,6	61,1	18,5	1,7	1,6	12,8	4,4
Norte	100,0	96,1	65,6	13,3	1,1	1,7	14,5	3,9
Nordeste	100,0	97,1	57,8	22,5	1,2	2,0	13,6	2,9
Sudeste	100,0	95,4	61,2	18,5	1,9	1,2	12,5	4,6
Sul	100,0	94,2	60,3	17,1	1,7	2,3	12,9	5,8
Centro-Oeste	100,0	96,7	66,4	16,1	1,6	1,3	11,2	3,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Observa-se no Gráfico 17, que houve alterações nas participações dos componentes transferências e rendimentos não monetários entre os resultados das POF 2002-2003 e POF 2008-2009. Em todas as regiões houve aumento das proporções de transferências e diminuição da parcela não monetária do rendimento. Isto pode estar revelando que parte das famílias que estavam excluídas do mercado monetário entrou neste mercado através de transferências, sejam governamentais ou interfamiliares.

Gráfico 17 - Percentual dos componentes principais do rendimento total e variação patrimonial média mensal familiar, segundo as Grandes Regiões período 2002/2009



■ Rendimento do trabalho
 ■ Transferências
 ■ Rendimento não monetário

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

Avaliação subjetiva das condições de vida

A POF 2008-2009 investigou em um questionário específico, a percepção da população quanto a alguns aspectos referidos à qualidade de vida no que diz respeito às condições de moradia, facilidade para chegar ao final do mês com os rendimentos familiares e a avaliação da suficiência e do tipo do alimento consumido. Esta foi a segunda vez em que esse tema foi pesquisado. A primeira foi através da POF 2002-2003.

Este questionário foi aplicado ao longo dos 12 meses de realização das POFs, no último dia de entrevista em cada domicílio. Portanto, são respostas obtidas após o preenchimento dos demais formulários que investigavam os dados objetivos sobre a moradia, as pessoas e o orçamento doméstico. As avaliações de cada informante sobre suas condições de vida são referentes à data de aplicação do questionário.

Foi selecionado, para esta primeira divulgação da POF 2008-2009, um subconjunto dos quesitos investigados. Os resultados aqui apresentados são avaliações subjetivas, expressando opiniões individuais de um entrevistado indicado pelas famílias como o respondente mais apropriado.

Assim, essas informações consistem em percepções e é possível uma mesma situação de condições de vida ter sido considerada favorável a uma determinada pessoa ou grupo familiar, em contraponto a outros, com diferentes histórias, anseios, aspirações ou cultura, que poderiam ter tido julgamento desfavorável.

A motivação para investigar as percepções foi propiciar análise complementar à das informações estatísticas objetivas que, tradicionalmente, descrevem a qualidade de vida da população brasileira.

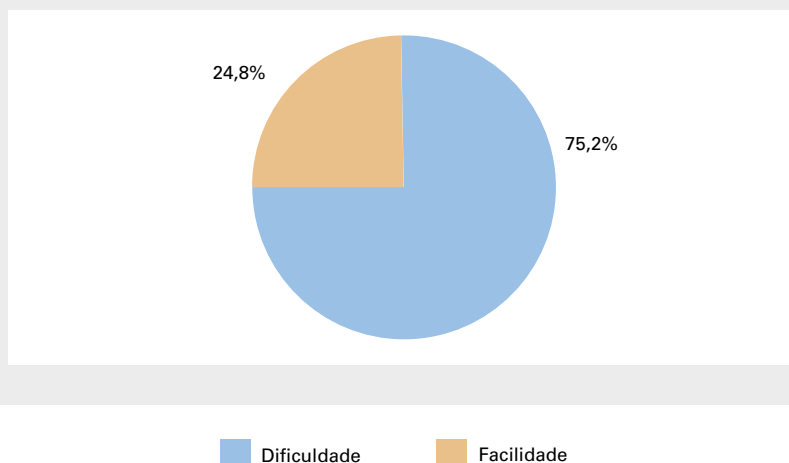
Esta análise e apresentação de resultados da avaliação subjetiva das famílias serão aprofundadas nas próximas etapas de divulgação de resultados da POF 2008-2009.

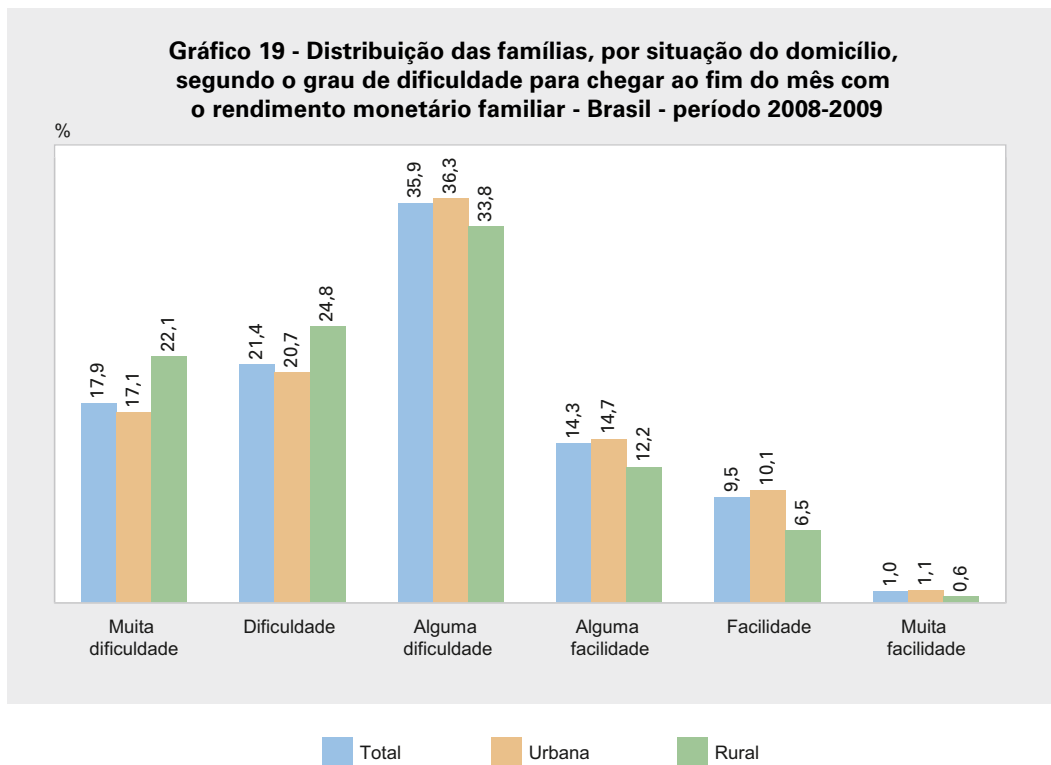
Avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento

Foi investigado, junto aos domicílios, se o rendimento total da família durante um mês era suficiente para as despesas daquele mês. As alternativas de respostas foram apresentadas num gradiente de seis alternativas, onde as três primeiras referem-se às dificuldades (muita dificuldade, dificuldade e alguma dificuldade) e as três seguintes às facilidades (alguma facilidade, facilidade e muita facilidade).

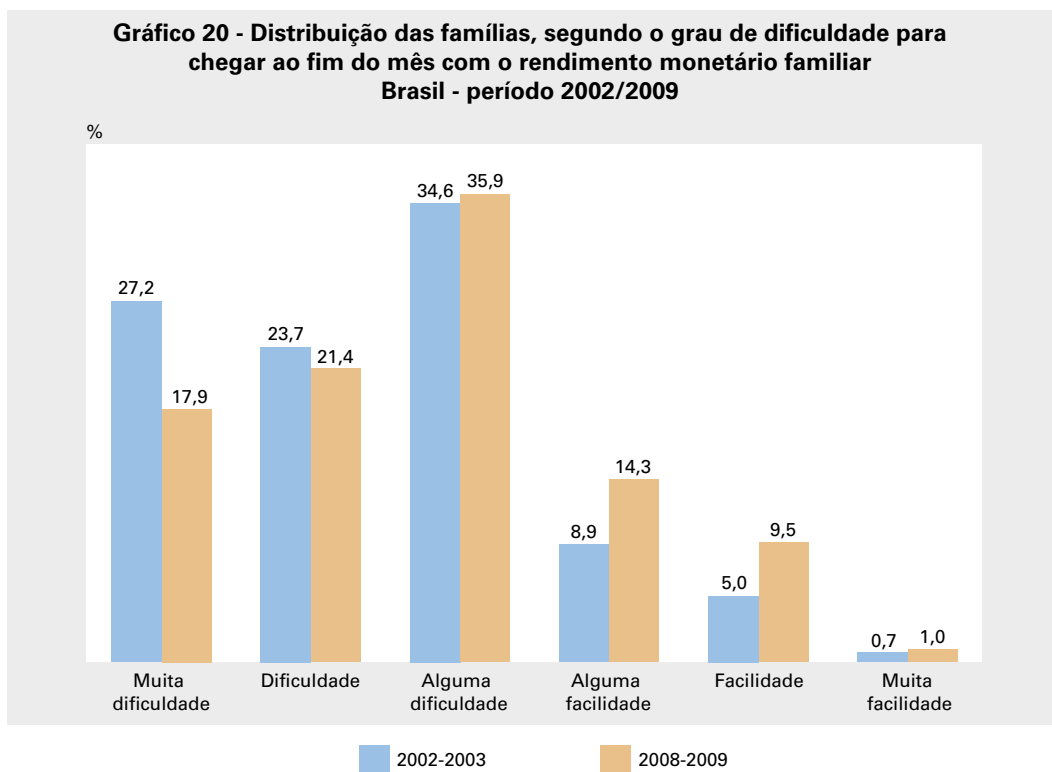
Cerca de 75% das famílias brasileiras referiram dificuldades e somente 25% fizeram referência a facilidades. Este quadro não se diferencia muito ao se tomar as situações urbanas ou rurais, o que pode ser visto nos Gráficos 18 e 19. Nas áreas rurais do País, 81% das famílias mencionaram dificuldades com 22,1% afirmando muita dificuldade. No Brasil urbano, cerca de 74% das famílias declararam dificuldades sendo que 17,1% declararam muita dificuldade, 20,7% dificuldade e mais de um terço do contingente de famílias, alguma dificuldade.

Gráfico 18 - Distribuição das famílias, por referência aos graus de dificuldades, para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar - Brasil - período 2008-2009





Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

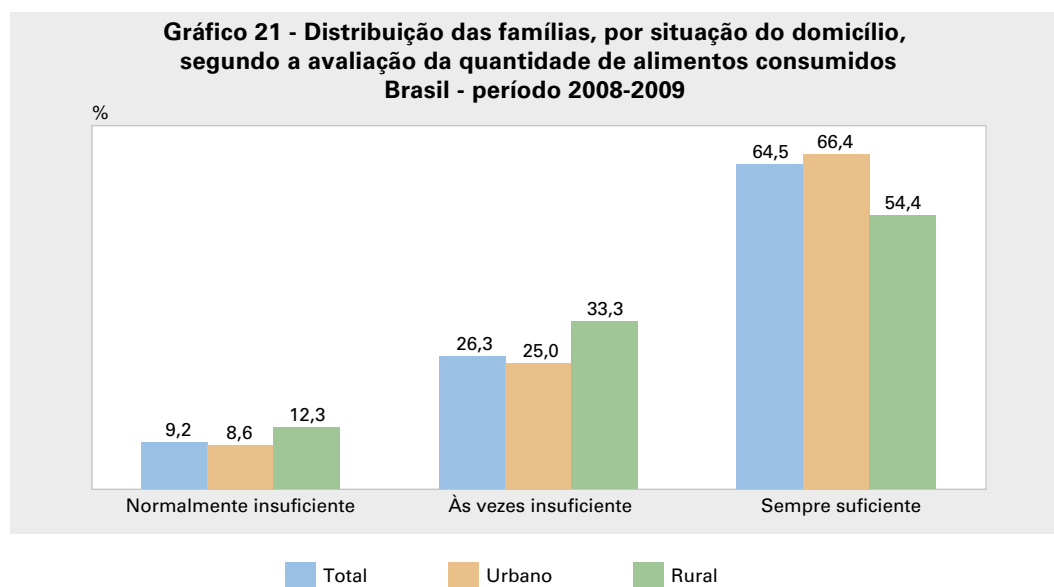
Entretanto, ao comparar estes resultados com os mesmos da pesquisa do período anterior, POF 2002-2003, (Gráfico 20), verifica-se uma expressiva melhora na percepção das famílias, generalizada para todas as áreas geográficas e classes de renda. O total das referências a graus de dificuldade para chegar ao fim do mês diminuiu em 10 pontos percentuais com o consequente aumento no que diz respeito aos graus de facilidade.

Ao considerar as percepções na POF 2008-2009 de acordo com os diferentes grupos de rendimentos¹⁰, observou-se que dentre as famílias com até R\$ 830,00 de rendimento mensal, 31,1% referiram muita dificuldade, enquanto nas famílias com mais de R\$ 10 375,00 de rendimento total mensal familiar, somente 2,6% fizeram referência a muita dificuldade. No grupo com rendimentos a partir de R\$ 10 375,00 mensais registraram-se as proporções mais expressivas de famílias com avaliações de facilidade para chegarem ao final do mês, totalizando 72%. Nas famílias da classe com rendimentos até R\$ 830,00, referenciaram a algum grau de dificuldade, 88% delas.

Avaliação da quantidade de alimentos consumidos

Uma outra indagação novamente feita pela POF 2008-2009 referiu-se à quantidade de alimentos consumidos pela família. No confronto com a POF 2002-2003, os resultados da POF 2008-2009 apontam uma robusta melhora de satisfação das famílias para todas as regiões. No País, mais da metade das famílias investigadas (64,5%) avaliaram suficiência de quantidade de alimentos, ante 53% da pesquisa anterior. Por outro lado, 35,5% das famílias destacaram que a quantidade de alimento consumido era normalmente insuficiente ou eventualmente insuficiente.

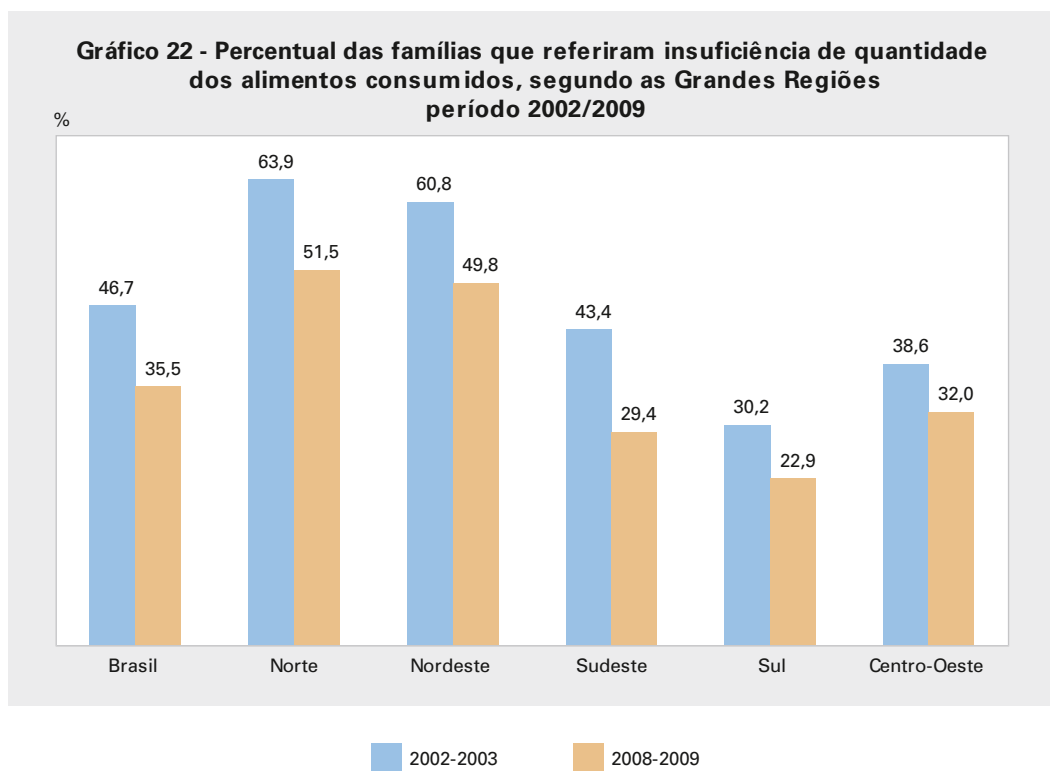
Nas áreas rurais, 45,6% das famílias referiram algum grau (normalmente e eventualmente) de insuficiência da quantidade de alimentos consumidos; nas urbanas este percentual se aproxima de 34%. Na POF 2002-2003, estas mesmas áreas apresentaram respectivos resultados de 56,9% e 44,8%. Estes resultados estão apresentados no Gráfico 21.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

¹⁰ As classes de rendimentos para fins de apresentação e análise dos resultados sobre condições de vida subjetivas foram definidas segundo o rendimento total e variação patrimonial mensal familiar.

Quanto às regiões, a observação do Gráfico 22 apresenta percepções mais favoráveis que na POF 2002-2003 e reflete, também, desigualdades regionais marcantes. No Norte e Nordeste do País, cerca de 50% das famílias referiram insuficiência na quantidade de alimentos consumidos, ante cerca de 60% no resultado da POF 2002-2003. Enquanto na Região Sudeste a proporção das famílias que apontaram quantidades insuficientes foi pouco acima de 29% na atual pesquisa, contra 43% na anterior. Na Região Sul, este percentual se aproximou de 23%, ante 30%, e na Região Centro-Oeste de 32% *versus* 39%. Na Região Norte, pouco mais da metade das famílias fizeram referência a pouca quantidade de alimentos consumidos, os menores percentuais foram apontados em Rondônia e no Amapá, com respectivos 34,1% e 40,8%, e destaca-se o Pará onde esta proporção é de 55,5%. Nos estados do Nordeste os níveis de insatisfação com a quantidade de alimentos consumidos pelas famílias são altos, destacando-se Sergipe e Alagoas, respectivamente, em torno de 56% e 60% das famílias que consideraram o consumo alimentar como normalmente ou algumas vezes insuficiente.



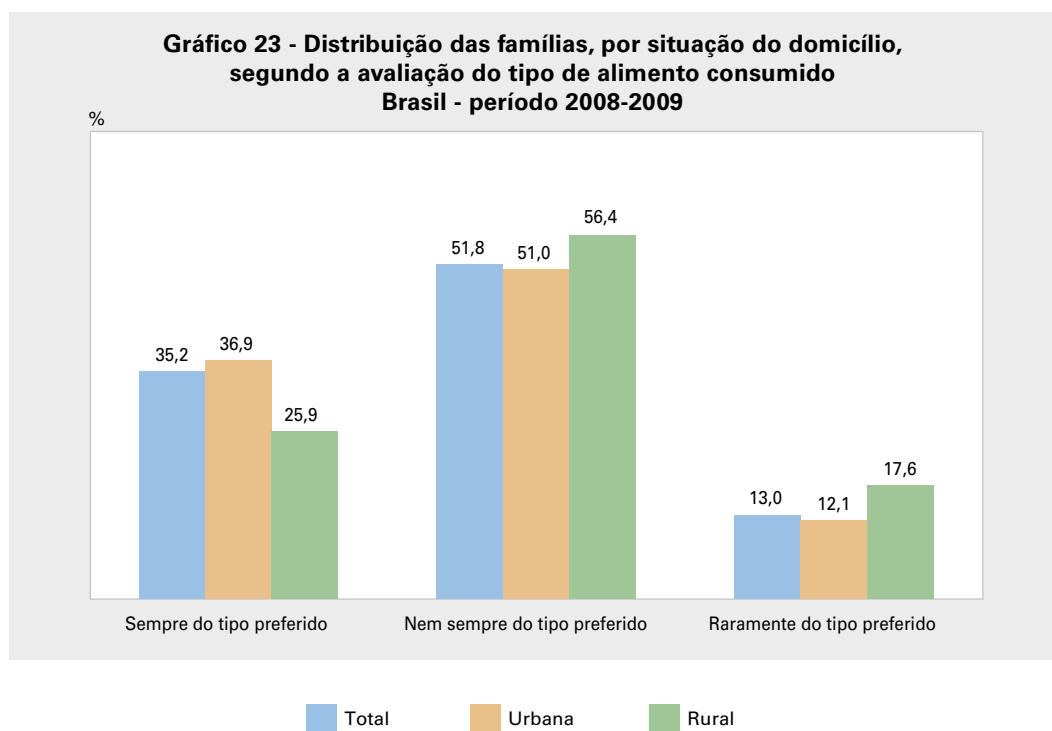
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

Dentre os estados brasileiros que referiram expressiva satisfação na quantidade de alimentos consumidos, destacam-se o Rio Grande do Sul e Santa Catarina onde as proporções da resposta quantidade sempre suficiente foram 80,7% e 78,1%, respectivamente. No Centro-Oeste, o Estado do Mato Grosso do Sul apresentou cerca de 77% das famílias, considerando as quantidades sempre suficientes. Na Região Sudeste, os maiores percentuais de suficiência plena de quantidades foram apontados em São Paulo e Minas Gerais (ambos muito próximos de 72%).

Tomando-se os níveis de rendimento familiar, observa-se que, dentre as famílias, onde a avaliação da quantidade de comida consumida apresentava algum grau de insuficiência, 20,3% tinham até R\$ 1 245,00 de rendimento mensal familiar; 14,5% viviam em famílias com rendimentos de R\$ 1 245,00 a R\$ 2 490,00; cerca de 10% contavam com R\$ 2 490,00 a R\$ 6 225,00 de rendimentos e 2,4% com rendimentos mensais acima de R\$ 6 225,00. Entre as alternativas de resposta (normalmente e às vezes insuficiente) que compõem essa indicação de insuficiência de quantidades, os maiores percentuais, em todas as classes de rendimentos, são sempre da categoria às vezes insuficiente.

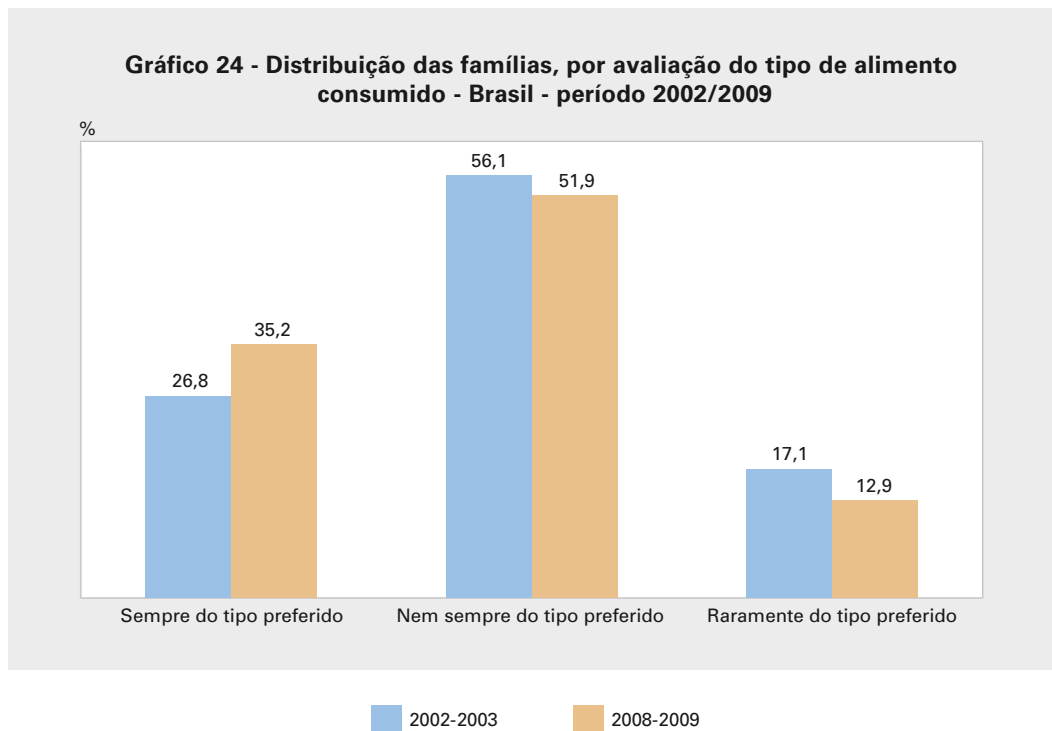
Avaliação do tipo de alimento consumido

A POF 2008-2009 também investigou qual a opinião das famílias quanto ao tipo de alimento consumido. Para o total do Brasil, 51,8% das famílias afirmaram que os alimentos consumidos nem sempre eram do tipo preferido. Somando-se, a esta proporção, as famílias que declararam raramente consumirem alimentos preferidos, observa-se que 65% das famílias no Brasil declararam algum grau de insatisfação com o tipo de alimento que consome, em contraponto a 73,2%, percentual registrado na POF 2002-2003.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Considerando-se esta avaliação para as áreas urbana e rural, observa-se que o percentual mais elevado de respostas, nas diferentes áreas, se concentrou nas situações em que os alimentos consumidos nem sempre ou raramente foram do tipo preferido. Destaca-se a declaração de 74% das famílias do Brasil rural em que o tipo de alimentação nem sempre ou raramente era o preferido. Vale citar que, tanto na área urbana quanto na rural, a resposta nem sempre do tipo preferido foi a mais frequente (acima de 51%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

Nas Grandes Regiões brasileiras, as proporções de famílias que declararam sempre consumir alimentos do tipo preferido apresentaram ligeiras diferenças entre as Regiões Norte (27,7%) e Nordeste (25,7%), que se distanciaram das Regiões Sul (44%), Sudeste (37,9%) e Centro-Oeste (40,6%). Dentre os estados brasileiros, vale destacar o Maranhão e Piauí, com cerca de 21% das famílias afirmando sempre consumir alimentos do tipo preferido, os menores percentuais observados. O maior percentual resultou da declaração das famílias do Estado de Santa Catarina (quase 47%).